



# **A concordância de número no sintagma nominal: uma análise das produções orais de falantes angolanos.**

**Rosa Cassinda Lumessi**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

**Estudos lusófonos**

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Ana Rita Carrilho

Coorientador: Professor Doutor Márcio Edu da Silva Undolo

**Covilhã, outubro de 2022**

# **A concordância de número no sintagma nominal: uma análise das produções orais de falantes angolanos.**

**Rosa Cassinda Lumessi**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em

**Estudos lusófonos**

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Ana Rita Carrilho

Coorientador: Professor Doutor Márcio Edu da Silva Undolo

Covilhã, outubro de 2022



## Declaração de Integridade

Eu, Rosa Cassinda Lumessi, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M9858 de Estudos lusófonos da Faculdade Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã em 10 de outubro de 2022

Rosa C. Lumessi



# **Dedicatória**

Aos meus pais e irmãos, responsáveis por mais uma conquista.

À minha querida avó, Rosa Cassinda, por lidar com a minha ausência quando mais precisou do meu apoio.



## **Agradecimentos.**

Para a concretização de mais um sonho, além do meu esforço, houve envolvimento direto e indireto de um leque de pessoas, sem as quais não seria possível alcançar esta conquista. Assim, endereço os meus agradecimentos em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Rita Carrilho, pela oportunidade de ser sua orientanda, pela disponibilidade apresentada para me conduzir neste percurso, pela paciência, pelas orientações que certamente me guiarão nessa nova etapa da minha vida.

Ao meu coorientador, Professor Doutor Márcio Undolo que, mesmo não me conhecendo pessoalmente, aceitou ser coorientador deste trabalho. Agradeço toda a disponibilidade, o apoio e valiosos contributos dados na realização do trabalho.

Ao Dino Calossa, que foi quase um cotutor, pelas sugestões de bibliografia, pelas contribuições em todas as fases deste trabalho, pelo incentivo; foi um guia, uma motivação, um impulsionador.

Aos meus pais, Simão Lumessi e Adelina Tchacata, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos, por priorizarem a minha formação académica e por me mostrarem o caminho certo a seguir.

Aos meus segundos pais (tios) Maya Mbolela, Inês Mbuembueta e Eugénia, pelo apoio, educação e amor que me têm dado.

Aos meus familiares, em especial ao tio Félix Batista, que foi mais do que um amigo, pelo incentivo, auxílio dado desde o início da minha formação.

Aos meus irmãos, Maria, Graciana, Frederico, Inês, Madalena, Rosesperança, pela motivação e por estarem sempre ao meu lado. Mesmo distantes, faziam com que nunca me sentisse só.

À Conceição Bolela, minha irmã, amiga, pela cumplicidade, ajuda e companheirismo.

Ao Jacinto Cumolehã, meu companheiro, pelo incentivo, apoio e sugestões.

Aos amigos e colegas da licenciatura e mestrado, pelos conhecimentos partilhados, em especial, à Conceição, Aginaide, Baltazar, Alma, Tabita, Amós, Edna, Luís, entre outros, pelas alegrias, angústias e ajudas oferecidas ao longo do percurso académico.

Ao Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, em especial, aos professores da licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis e aos professores do mestrado em



Estudos Lusófonos, por toda a aprendizagem e pelo apoio prestado ao longo destes anos de convivência.

Ao Instituto Nacional de Gestão e Bolsa de Estudo (INAGBE), por ter financiado a minha licenciatura.

Ao Colégio nº193 e ao Liceu nº1477, instituições nas quais fizemos a recolha de dados, pela disponibilidade e compreensão.

Por fim, cabe agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho, os meus agradecimentos.



# Resumo

O sintagma nominal no português angolano apresenta algumas variantes com marcas explícitas de plural -s e outras com variante zero -Ø. Neste sentido, a presente dissertação analisa a concordância de número no SN nas produções orais de falantes angolanos, sob a perspectiva da teoria Sociolinguística Variacionista desenvolvida por William Labov (1972), segundo a qual a língua é heterogénea, defendendo que ela não pode ser estudada isoladamente, mas, sim, tendo em conta as relações entre as estruturas linguísticas, aspetos sociais e culturais no seu uso real, sendo marcada por alterações.

Desta forma, foram recolhidos dados sociolinguísticos e um *corpus*, constituídos a partir de entrevistas a 33 informantes a fim de investigar e analisar variáveis linguísticas e extralinguísticas que condicionam a presença/ausência das marcas formais de plural nos constituintes do SN. A escolha dos informantes foi motivada pelo facto de serem também falantes de uma língua autóctone, sendo que tinham idades compreendidas entre os 12 e os 24 anos.

**Palavras-chave:** Sociolinguística variacionista, sintagma nominal, concordância nominal de número.



# Abstract

The nominal syntagma (NS) in Angolan Portuguese system presents some variants with explicit *plural -s* and others with variant zero *-o*. In this case, this dissertation analyzes the agreement of number in the NS in the oral productions of Angolan Portuguese speakers, from the perspective of the Variationist Sociolinguistic theory developed by William Labov (1972), according to which the language is heterogeneous, sustaining that it cannot be studied in isolation, but rather considering the relations between linguistic structures, social and cultural aspects in their actual use, which are marked by changes.

Thus, sociolinguistic data and a *corpus* were collected, constituted from interviews with 33 informants in order to investigate and analyze linguistic and extralinguistic variables that condition the presence/absence of formal plural marks in the constituents of the NS. The choice of informants was motivated by the fact that they were also speakers of an autochthonous language, aged 12 and 24 years old.

**Keywords:** Variationist Sociolinguistic, nominal syntagma, nominal agreement of number.



# Índice Geral

Dedicatória.....	vi
Agradecimentos.....	viii
Resumo .....	xi
Abstract.....	xiii
Índice de gráficos .....	xviii
Índice de tabelas .....	xx
Siglas e abreviaturas.....	xxii
Introdução.....	1
Capítulo I .....	4
Contexto Sociolinguístico de Angola .....	4
1.1. Situação Linguística .....	4
1.1.1. Estatuto do português em Angola .....	7
1.1.2. Interferências das línguas nacionais no português em Angola.....	10
Capítulo II.....	16
Fundamentação teórica .....	16
2.1. Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e Mudança.....	16
2.1.1. Variação Linguística .....	21
2.1.2. Mudança linguística .....	24
2.2. Concordância nominal no Português Europeu.....	29
2.2.1 - Conceito de SN .....	29
2.2.2 - Concordância Nominal .....	32
2.2.3 - Concordância de Número no SN.....	34
Capítulo III.....	36
Metodologia da investigação .....	36
3.1. Objetivos.....	36
3.2. Contexto e perfil dos participantes .....	36
3.2.1. Método de recolha.....	38
3.2.2. Recolha e Tratamento dos Dados .....	43
Capítulo IV .....	45
A concordância de número no SN em produções orais de falantes angolanos. .....	45
4.1. Resultados gerais.....	45
4.1.2. Apresentação dos desvios de acordo com sintagma nominal em que o desvio ocorre.....	48
4.1.3. Resultados de acordo com o perfil dos informantes.....	50

<b>Considerações finais</b> .....	55
<b>Referências bibliográficas</b> .....	58
<b>Anexos</b> .....	64





# Índice de gráficos

**Gráfico 1:** Sintagmas nominais identificados

**Gráfico 2:** Tipo de desvio de concordância nominal de número

**Gráfico 3:** Desvios de concordância nominal de número de acordo com a língua materna dos informantes

**Gráfico 4:** Desvios de concordância nominal de número de acordo com a idade dos informantes

**Gráfico 5:** Desvios de concordância nominal de número de acordo com o número de línguas faladas pelos informantes

**Gráfico 6:** Desvios de concordância nominal de número de acordo com a classe que os informantes frequentavam



# Índice de tabelas

**Tabela 1:** Resultados gerais dos SNs identificados

**Tabela 2:** Tipos de desvio de concordância nominal de número

**Tabela 3:** Função sintática dos SNs



# **Siglas e abreviaturas**

SN- sintagma nominal

SNs- sintagmas nominais

LP- Língua Portuguesa

L1- primeira língua

L2- língua segunda

LNOA- línguas nacionais de origem africana



# Introdução

Angola é um país com uma superfície de cerca de 1.246.700km<sup>2</sup>, localizado na África ocidental e dividido em 18 províncias. É um território rico em diversidades, não apenas pelos recursos naturais e minerais, mas também pelas muitas culturas e línguas. Num mesmo espaço, coexistem distintas famílias linguísticas, entre as de origem *bantu*, que são a maioria, as línguas khoisan, e o português, língua de origem neolatina. Apesar de existirem no território angolano falantes de línguas não bantu, estes são em número muito reduzido. Por sua vez, as línguas de origem bantu são restritas a um número de pessoas, pelo que o português assume o papel de língua unificadora, facilitando o processo de intercomunicação e socialização entre as sociedades.

Desta forma, o termo bantu, de acordo com Zau (2002, p.55), é o plural da raiz *ntu* que tem como significado um conjunto de povos que se fixaram na África Sul com línguas, costumes e hábitos muito parecidos. Esse povo tem a sua origem no ocidente de África e sobrevivia da agricultura, pesca e produção de ferro, essencial na produção de instrumentos de trabalho e armas de guerra. Estes povos, quando não encontravam condições para o desenvolvimento das suas atividades, emigravam, alcançando, assim, os demais territórios no centro e sul do continente.

Atendendo às condições linguísticas e ao estatuto da língua portuguesa em Angola, são vários os estudos que se dedicam à descrição do funcionamento da língua portuguesa naquele território. O presente trabalho não é exceção, procurando descrever o funcionamento morfossintático do sintagma nominal no que à concordância em número diz respeito, principalmente pelas particularidades que a variante angolana apresenta face à norma padrão europeia. Banza (2014, p.35) acredita que a condição presente do português está cada vez mais afastada daquilo que é a norma padrão europeia, sendo que o português falado pela camada mais jovem, atualmente como língua materna, é cada vez mais diferente do português padrão, principalmente quando é falado por indivíduos menos escolarizados.

Perante o exposto, justifica-se o tema escolhido por se tratar de uma variedade do português que apresenta diversas variações. O interesse pelo fenómeno em particular fundamenta-se pelo facto de nas produções orais de falantes angolanos existirem registos de frases sem concordância nominal de número dentro do sintagma nominal, sendo um fenómeno que não acontece somente entre falantes não escolarizados, mas também entre falantes escolarizados. Desta constatação surgiu o ensejo de querer mergulhar mais afundo nessas questões, o que justifica a escolha desta temática.



O trabalho aqui apresentando pretende descrever a situação linguística do português em Angola à luz da sociolinguística variacionista, desenvolvida por William Labov (1972), ao descrever o falar de uma comunidade. Do ponto de vista da sociolinguística, não se pode separar a estrutura linguística da estrutura social, abraçando a variação e a mudança linguística como seu objeto de estudo. No prisma de Wiedemer (2014, p. 47), em termos metodológicos, a Sociolinguística busca descrever e explicar o processo de variação e mudança linguística, correlacionando-o a fatores sociais e linguísticos. Numa abordagem como esta, é essencial identificar os fatores que influenciam a escolha de uma ou de outra variante, destacando-se as condições e contextos de produção da fala.

Ainda de acordo Wiedemer (2014, p. 46),

A sociolinguística permitiu uma nova abordagem, mostrando a variação sistemática motivada por pressões sociais e também linguísticas e postulando que é na heterogeneidade da língua que se deve buscar a estrutura e o funcionamento do sistema. Essa forma de olhar a língua, permitiu analisar e descrever o uso de variáveis linguísticas pelos indivíduos em uma determinada comunidade de fala, como também mostrou que a presença da heterogeneidade governada por regras variáveis é o que permite ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística.

No que diz respeito à variedade do português em Angola, Inverno (2018, p. 171) concorda com Banza (2014) ao afirmar que, ao contrário do que as instituições e meios de comunicação têm veiculado, a variedade do português presente em Angola não é a variedade europeia, mas “uma variedade vernácula do português”, resultante do contacto que o português mantém com as línguas de origem africana, sendo elas faladas por uma boa parte da população com um acesso à educação formal pouco generalizado. Assim, algumas das características do português em Angola incluem um nível de variação ao nível da concordância de número entre os elementos do sintagma nominal.

Atendendo a este aspeto, o presente trabalho abraça metodologicamente e teoricamente a Sociolinguística e adota, como método de recolha e análise de dados, uma abordagem quantitativa e qualitativa. O primeiro momento consistiu no levantamento e análise do material bibliográfico, durante o qual foram recolhidas e exploradas obras, resumos, teses e dissertações referentes ao tema. Como método de recolha de dados, optou-se pela entrevista estruturada, constituída por perguntas abertas e semi-abertas. O estudo de campo desenvolveu-se numa amostra constituída por 33 informantes, estudantes da 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classe, moradores do município da Jamba, província da Huíla, no sul de Angola, em que 88,6% dos quais tinham o português como língua materna, e apenas 11,4% como língua segunda. Durante o percurso de coleta de dados, procuramos recolher informações que nos permitiram traçar o perfil sociolinguístico dos participantes, como idade, classe, línguas

faladas, entre outras informações que, de alguma forma, estavam relacionadas com o objetivo do trabalho.

Quanto à estrutura, o nosso trabalho dissertativo compõe-se de quatro capítulos. No primeiro capítulo descrevemos a situação linguística atual de Angola, abordando resumidamente o processo de entrada do português e o estatuto dessa língua no país e as interferências resultantes do contacto com as línguas bantu. Salienta-se que, além deste contacto, a língua portuguesa no território é largamente influenciada por fatores políticos, económicos e, obviamente, pelos meios de comunicação, com a transmissão de programas e canais televisivos brasileiros, influenciando até os falantes monolíngues. No segundo capítulo abordamos a Sociolinguística Variacionista, sem esquecer correntes anteriores a esta, como o estruturalismo e generativismo, que refletem sobre a língua sem atender às condições de produção. Assim, apresentamos algumas divergências e convergências no que diz respeito à relação entre língua e sociedade; e, por fim, para facilitar a compressão e situar o tema, de uma forma introdutória, cogitamos necessário apresentar noções gerais sobre concordância nominal, concordância de número no SN.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia adotada no presente trabalho de investigação, no qual abordamos os métodos e procedimentos, tanto de cariz quantitativo como qualitativo, utilizados para a recolha e análise dos dados, a fim de concretizar e alcançar os objetivos almejados. A apresentação do estudo, análise linguística e os resultados do *corpus* recolhido são expostas no quarto e último capítulo. Por fim, apresentam-se considerações finais, bibliografia e anexos.

# Capítulo I

## Contexto Sociolinguístico de Angola

Neste capítulo, procede-se a uma breve caracterização sociolinguística de Angola, contextualizando, inicialmente, as diferentes línguas *bantu* e não *bantu* existentes no país, bem como a evolução do português e o seu estatuto.

### 1.1. Situação Linguística

Atualmente estima-se que as línguas de origem bantu são mais de 400 e em Angola as descrições mostram que elas são cerca de 9 línguas, apesar de haver quem enumere muitas mais.

As diferenças nas descrições devem-se à falta de compreensão clara das diferenças entre língua e dialeto, o que faz com que muitos autores considerem línguas os dialetos e vice-versa.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, o português é a língua com mais falantes, com cerca de 71,1% dos falantes usando-a como língua de comunicação familiar (INE, 2014, p.51). É, entre todas, a língua mais difundida em todo o território nacional, e que serve para, de alguma forma, consolidar a união nacional, uma vez que, as restantes línguas são faladas em zonas muito específicas.

Segundo o mesmo instituto (INE, 2014), as línguas de Angola estão distribuídas geograficamente em regiões da seguinte forma: o umbundu, segunda língua mais falada depois do português, é falado por 23% dos angolanos, e o grupo etnolinguístico que a fala se localiza essencialmente no centro e sul do país, uma região que corresponde às províncias de Benguela, Bié, Huambo e uma parcela do Kwanza Sul e Huíla. O kimbundu com 8% de locutores, por ser a língua falada na capital do país, província com maior densidade populacional, é mais destacado do ponto de vista das descrições linguísticas e, além de Luanda, essa língua é igualmente falada nas províncias de Malanje, Kuanza Norte, Bengo e Kwanza Sul. O cokwe está presente principalmente no leste do país, e o grupo etnolinguístico que a fala é caracterizado por ainda observar e preservar a sua cultura e, conseqüentemente, a língua. Por razões históricas, esta região teve pouco contacto com os portugueses na era colonial, e do ponto de vista socioeconómico os seus membros preferem manter-se na região por conta da exploração de recursos minerais. A língua é falada nas

províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e do Cuando Cubango. O kikongo era a língua do antigo Reino do Kongo, ocupando, atualmente, a parte norte do território angolano, essencialmente as áreas de Cabinda, Zaire, Uíge e uma parte do Bengo. O nganguela é falado nas províncias do Moxico, Huíla e do Cuando Cubango. Os falantes do olunyaneka ocupam toda região da Huíla e uma parte do Cunene. O oshikwanhama-oshindoga é falado nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e uma parte do Cuando Cubango. Por último, os locutores do oshihelelo ocupam as províncias do Namibe e do Cunene.

Esta divisão etnolinguística é cada vez menos representativa, pois apenas ilustra as zonas de maior concentração desses grupos. A realidade, em muitos casos, como é a dos ovimbundos (falantes da língua umbundu) torna-se diferente à medida que o tempo passa. Por razões socioeconómicas, cada um destes grupos está representados um pouco por todo o país.

De acordo com Adriano (2014, p.59), os khoisan e vátwa ou kuroka são considerados os povos mais antigos a residir no território angolano; sobreviviam de caça e do comércio de utensílios; viviam em comunidades primitivas, apresentavam características peculiares, como olhos castanhos, estatura média e pele castanha, porém, atualmente, estão representados por um número de falantes cada vez mais reduzido e que estão localizados no sul do país, especificamente nas províncias de Cunene, Huila, Namibe e Cuando Cubango.

Devido a essa diversidade linguística, Gomes (2014, p.35) afirma que é complexo responder à questão “que língua se fala em Angola?”. Enquanto, por um lado, Adriano (2014, p.54), apesar de fazer um esforço na descrição das línguas, defende a ideia afirmando que “é difícil saber exatamente quantas são, em rigor, as línguas faladas em Angola, uma vez que esta caracterização linguística de Angola como um espaço multilingue tem acarretado consigo a dificuldade de distinguir língua de dialeto”, partindo de um pressuposto do processo migratório, há vários outros autores, como Fernandes e Ntodo (2002), que apontam inequivocamente para a existência de 9 línguas do grupo bantu e duas pertencentes aos khoisans.

Ressalte-se que, por força do intercâmbio que Angola mantém com os países fronteiriços, sobretudo a República Democrática do Congo e a Namíbia, com os quais divide uma fronteira muito vasta e extremamente movimentada do ponto de vista económico, as línguas desses países, nomeadamente o lingala e o oshiwambo, respetivamente, são praticamente também faladas no território angolano, que, com o passar do tempo, é dominado por uma parte considerável da população. Gomes (2014) apresenta-nos um

exemplo para o que acontece na província de Cabinda, província que faz fronteira com o Congo. Devido à presença dos congolezes, que mantêm contacto com a população da província em causa, hoje já é possível observar angolanos falantes de lingala. Acrescente-se que, em alguns casos, a população proveniente de algumas províncias do Norte tem sofrido preconceito linguístico por parte de angolanos de outras regiões do país, ou seja, para alguns angolanos, todo o cidadão dessas regiões é considerado “langa”, nome atribuído aos congolezes.

Severo, Sassuco e Bernardo (2019, p.292) são de opinião que, perante a essa diversidade, a língua portuguesa não poderia ser a única língua de escolarização, pois existem outras línguas com maior predominância no país, como o kikongo, kimbundu, cokwe, oshikwanyama. Na nossa ótica, concordamos, em parte, com a opinião dos autores supracitados, pois o português e as línguas de origem africana são colocados no mesmo nível, demonstrando capacidade de valorização, reconhecimento e notoriedade deste património cultural.

Como salienta Costa (2015, p.15),

Se tivermos em conta que qualquer língua transporta consigo a cultura de um povo, podemos, pois, admitir que o termo bantu designe: línguas semelhantes fonética e morfológicamente, transportando estruturas semânticas lexicais e culturais. Assim, podemos afirmar que o povo bantu fala línguas pertencentes à mesma família de línguas, embora englobe etnias diversificadas.

Costa (2015) salienta os aspetos que as línguas angolanas têm em comum e aponta para o benefício que isso traria do ponto de vista cultural. No entanto, isso não significa que todo o ensino devesse ser feito nessas línguas, ou só numa delas, pois uma coisa é o ensino de línguas nativas nas escolas e outra, muito diferente, é o ensino nessas línguas. Sabe-se que, apesar da existência da possibilidade de as línguas angolanas terem evoluído de uma língua ancestral comum, as mesmas apresentam especificidades que interditam a intercompreensão, situação, dificuldades ou mesmo transtornos no ensino e que seria excludente, pois as línguas khoisans não são tidas em conta nessas abordagens. A solução passaria por estabelecer políticas que preservem as línguas mais representativas, pois só desta forma se conseguiria estimular as pessoas para aprendizagem dessas línguas. A língua portuguesa cumpre o seu papel: o de favorecer a intercomunicação e unir os diferentes grupos linguísticos. A sua eleição como língua oficial ocorreu, essencialmente, pelo número de falantes e pelo facto de não pertencer a nenhuma região específica, acabando desta forma por ser a língua unificadora entre os diferentes povos. Questionamos se, se forem implementados outros idiomas no ensino como meio de transmissão de conteúdos, os alunos serão obrigados a aprender todas as línguas existentes no país? Apenas a efetivação

de uma política como esta daria a resposta. Há já alguns anos que Moçambique tem experimentado a introdução do processo de ensino bilingue em algumas regiões do interior e alguns resultados da implementação desta política têm sido satisfatórios (Nhampoca, 2015). Entende-se que, no processo de ensino bilingue, as aulas ministradas serão de fácil aprendizagem para os falantes das línguas de ensino, uma vez que não terão de se esforçar inicialmente para aprender a língua e depois os conteúdos.

Severo, Sassuco e Bernardo (2019) enfatizam ainda:

Defendemos que a prática de ensino em línguas bantu deve ressoar a realidade linguística da região onde as línguas são faladas. Nesse caso, para evitar o insucesso escolar dos alunos de língua materna bantu, sugerimos o cokwe para a região leste, o kikongo para a zona norte, o kimbundu para o espaço centro-nordeste, o umbundu para o centro-sul, e o oshikwanyama e olunyaneka para o sul profundo de Namibe a kunene, respetivamente (p.303-304).

Os autores citados defendem que o ensino seja desenvolvido em português e numa outra língua da região, sempre de acordo com a distribuição linguística do país. Trata-se de uma proposta que, aparentemente, funcionaria, tendo como principal entrave o facto de cada uma das línguas de Angola ser falada um pouco por todo o país, por conta dos movimentos migratórios, ou seja, nativos do sul encontram-se no norte e vice-versa, pelo que, para que não se retire a importância das línguas de origens africanas na cultura deste povo, é necessário que se criem estratégias que permitam a valorização linguística, mas que não causem constrangimentos nas relações interculturais.

### **1.1.1. Estatuto do português em Angola**

Muito antes de nos focarmos naquilo que é o estatuto do português em Angola, faremos uma breve retrospectiva daquilo que foi o processo de colonização, sendo este o ponto de partida para chegar ao estatuto que o português ocupa hoje em Angola. Assim, falar desse processo é falar de um longo período, ou seja, desde o momento em que os portugueses chegaram à foz do rio Zaire (1842) até a independência (1975). Esses primeiros contactos e as influências entre duas culturas diferentes são marcados por um processo de colonização de um sistema repressivo.

Quando os portugueses chegaram a Angola, os povos encontrados tinham os seus hábitos, costumes e comunicavam através das suas línguas autóctones. De acordo com Adriano (2015, pp.60-69), quando Portugal tomou posse de Angola, implementou uma série de normas, regras, que os angolanos deveriam obedecer, entre elas, a proibição do uso das línguas locais, a obrigatoriedade de ministrar tanto as aulas (nas missões católicas) como a missa exclusivamente em português, e nunca numa língua local, acrescentando o facto de nas

diferentes instituições públicas, e não só, a língua de ser o português. As línguas autóctones eram só usadas em contextos de auxílio, para transmissão de determinados preceitos, ou seja, deveriam adaptar-se a viver e traduzir a mundividência europeia.

O objetivo principal do colonizador era fazer com que tudo aquilo que foi encontrado deixasse de existir, principalmente as línguas, pois essa era a condição primordial para facilitar o processo de “colonização e aculturação dos indígenas”. O prestígio que era dado ao português fazia com que as línguas nativas fossem ignoradas e esquecidas. Foram adotadas políticas linguísticas que favorecessem o regime na altura, obrigando as pessoas a comunicarem somente em português. A população viu-se obrigada a sujeitar-se a estas leis, visto que quem não cumprisse seria punido, ou então não seria reconhecido como cidadão. Ainda assim, alguns foram resistentes, continuando a falar as suas línguas quando se encontravam em pequenos grupos e certos de que não estariam a ser vigiados, conscientes de que, se fossem apanhados, seriam castigados ou mesmo mortos. Devido a essa insistência, as línguas nativas continuam até hoje intactas na cultura angolana.

Aquando da independência, o português foi escolhido para ocupar a posição de língua oficial. Pelo facto de existirem muitas línguas, foi necessário eleger uma língua que, do ponto de vista comunicativo, fosse capaz de facilitar a intercompreensão entre os vários povos que constituem o país, dado que as línguas autóctones são restritas a regiões muito específicas e faladas por um número limitado de pessoas. Por conseguinte, o português, apesar de ser falado, na altura, por poucos, havia-se disseminado um pouco por todo o território e, por isso, reunia melhores condições para a concretização do conceito ideológico de unidade nacional, tão necessária no momento. Embora o português tenha sido imposto aos angolanos, atualmente, podemos dizer que é a língua que mais os caracteriza do ponto de vista comunicativo.

A esse respeito, Adriano (2015) aponta que

Com efeito, na grande diversidade cultural e linguística de Angola, o português surge como língua de unidade nacional, ou seja, traduz-se na língua franca de indivíduos pertencentes a culturas ou origens étnicas diferentes, com línguas igualmente diferentes, facilitando a comunicação entre os mesmos. Foi reforçado pelo Estado angolano o seu uso no exército, no sistema administrativo, no sistema escolar e nos meios de comunicação (p.70).

Marçalo e Nauege (2017, p.3479) apontam que, nos tempos presentes, mesmo com a posição que o português ocupa em Angola, nada proíbe o governo de adotar políticas que visem valorizar as línguas autóctones. Mesmo de uma forma embrionária, ao inserir nos programas educativos o ensino de línguas africanas, demonstra-se, de facto, a preocupação de as manter vivas e promover a importância que elas ocupam na nação angolana, algo que

durante muito tempo não se notava. Além do mais, Carrilho (2015) enfatiza a importância do plurilinguismo numa sociedade, defendendo que cada língua tem a sua importância no âmbito cultural, pessoal e profissional dos indivíduos que possuem domínio de mais línguas, pois, e segundo a mesma autora, “O domínio de línguas por parte do indivíduo torna-o capaz de interagir e agir sobre os contextos socioculturais a que se encontra exposto” (p.28).

Em contrapartida, Neves (2016, p.127) acrescenta que uma melhor promoção das línguas locais não passa somente por inseri-las nos programas de alfabetização, muito menos nos currículos escolares, mas que se deverá também optar por métodos mais fáceis de chegar ao destinatário como, por exemplo, incentivar os escritores a publicarem textos ou livros nessas línguas, promovendo a escrita literária. Esta prática só será possível com o apoio do governo, facilitando a difusão das mesmas, tanto através das rádios, como pela promoção dos programas televisivos já existentes em línguas nativas.

Mesmo com o estatuto de língua oficial, o português ainda não é dominado por toda a população angolana, sendo ainda a língua segunda de muitos. Costa (2015, p. 25) afirma que considerar neste momento que todos os angolanos falam português seria uma ilusão política. O mais frequente é encontrar pessoas que entendem alguma coisa, ou que conhecem uma ou outra palavra neste idioma, mas não dispõem de competências linguísticas que lhes permitam comunicar devidamente. Desta forma, o que é comum hoje em dia, principalmente nas áreas mais longínquas, é verifica-se que uma percentagem muito elevada de pessoas se expressa e socializa nas suas línguas maternas, isto é, em línguas de origem africana. Por essas e por outras razões, Gaspar (2015) propõe que o português em Angola deveria ocupar estatuto de língua segunda,

o contacto das crianças com o português deve ser promovido antes de se dar início à abordagem de quaisquer conteúdos curriculares, de modo a facilitar a compreensão dos mesmos. Assim sendo, o ensino pré-escolar teria aqui um papel importantíssimo: para um ano de iniciação, seria imperioso definir, criteriosamente, estratégias de aquisição da língua, com um modelo metodológico baseado no ensino do português como língua segunda, de forma a desenvolver ao máximo as competências comunicativas dos alunos (pp.29-30).

É de salientar que a proposta de Gaspar (2015) para os primeiros anos de escolaridade é pensada para angolanos que não tenham o português como língua materna, mas sim uma língua africana, indo ao encontro de Costa (2015), citado anteriormente. Para os alunos das zonas rurais, atualmente, o português é, ainda um obstáculo, pois, muitas vezes, só têm contacto com esta língua quando vão à escola; desde o momento em que nascem até atingirem a idade escolar, a única língua que aprendem e usam é uma das línguas africanas



e, por sua vez, quando se deparam com o português, encontram grande dificuldade em atingir as demandas do processo de ensino-aprendizagem. Por conseguinte, para estes casos, Gaspar (2015) sugere que, numa primeira fase, sejam desenvolvidas práticas que permitam facilitar e melhorar esse processo, criando formas de contextualizar a língua, de facilitar a sua compreensão e produção, e de não ser considerada como se fosse a única saída para aprender a matéria ou conteúdos escolares, isto é, que os alunos aprendam as estruturas internas e externas da mesma começando pelas coisas mais simples, e não serem ensinadas, logo nos primeiros contactos, as regras e exceções da gramática como se os alunos já fossem fluentes em português (2015, pp. 27-30).

Portanto, e de acordo Marçalo e Naege (2017, p.3478), pese a diversidade linguística e cultural de Angola, a herança deixada pelo colonizador é, ainda, visível após a independência do país. O português não só ocupa o estatuto de língua oficial, como também facilita as relações com o exterior. De facto, sendo o português uma das línguas mais faladas no mundo, permite que as relações económicas, sociais e o acesso às novas tecnologias sejam possíveis, papel que as línguas autóctones não desempenhariam pela limitação da sua difusão.

### **1.1.2. Interferências das línguas nacionais no português em Angola**

Como já dissemos nas secções anteriores, Angola é um país com línguas diversificadas, distribuídas por todo o território nacional, que coabitam no mesmo espaço geográfico com o português. Deste contacto linguístico resultam fenómenos de transferências linguísticas evidentes na variedade do português angolano, o que faz com que essa variedade apresente especificidades próprias e diferentes, em muitos aspetos, do padrão europeu.

Entende-se aqui por transferência linguística, e de acordo com Almeida (2001) e Dias (1998), a entrada de estruturas ou traços característicos de uma língua materna numa língua não-materna. Do ponto de vista tradutológico, Almeida (2001, p.73) acrescenta que a transferência consiste no fenómeno de fazer uso de expressões pertencentes a uma língua materna e traduzi-las de forma quase literal para a língua em que se está a traduzir, ou vice-versa. De acordo com o mesmo autor, em contextos em que não existem palavras equivalentes, que traduzam uma dada realidade que se quer transmitir, surge a necessidade de o tradutor utilizar traços linguísticos pertencentes à L1 na L2.

Atendendo aos trabalhos consultados e citados, em contextos de aquisição, a transferência ocorre por limitações inerentes à aprendizagem, isto é, o aprendente não adquiriu as competências linguísticas necessárias à expressividade na língua-alvo e, por isso, utiliza

aquelas que ele conhece, neste caso, as da sua língua materna. Por outro lado, no contexto da tradução, é evidente que a transferência se mostra necessária, exatamente por não haver na língua de chegada uma expressão equivalente à da língua de partida.

A transferência pode influenciar negativa ou positivamente a língua-alvo. A influência é negativa quando os falantes das línguas em causa não conseguem adequar determinados aspetos de uma das línguas e introduzem-nas de forma errada na L2, causando frases agramaticais na língua-alvo. Assim, Pereyron (2018, p.110) salienta que a distância e a proximidade entre as línguas possuem um papel fundamental no processo de transferência, influenciando a aquisição da L2, negativa ou positivamente.

No primeiro caso, a autora defende que, quanto maior for a distância entre as duas línguas, materna e alvo, maior será a probabilidade de as transferências terem influências negativas, pois o falante, de certo modo, reproduzirá na L2 estruturas referentes à língua materna e que, por desconhecimento, são inadequadas na língua de chegada, ou seja, resulta num processo conhecido como interferência de ambas as línguas. Dias (1998, p.10) partilha da opinião de Pereyron ao afirmar que “a transferência que resulta em interferência envolve as divergências nas normas da Língua materna e a língua alvo, e está relacionada com a produção de erros”.

No segundo caso, as semelhanças entre as duas línguas facilitam a aquisição da L2, na medida em que o aprendente recorre a determinados aspetos ou procedimentos da língua materna para melhor compreensão da L2, por elas possuírem algumas estruturas linguísticas semelhantes e, por conseguinte, esta transferência resulta numa influência positiva que favorece a aprendizagem da L2.

A título exemplificativo apontamos o espanhol e o português, duas línguas neolatinas semelhantes em alguns aspetos estruturais, tanto na escrita, como noutras dimensões sistemáticas da língua, como por exemplo o significado. Em decorrência, um locutor que tem o português como língua materna, ao aprender o espanhol como L2, tem a tendência de transportar ou comparar determinados conceitos e estruturas morfossintáticas e lexicais da sua língua materna, tudo para o ajudar a encontrar uma equivalência na língua espanhola. Como casos concretos, temos a existência de palavras parecidas, ou semelhantes, embora muitas delas sejam, na verdade, falsos cognatos, que podem ser pronunciadas e escritas da mesma forma, no entanto, semanticamente são palavras diferentes. Ainda assim, poder-se-á assumir que há alguma facilidade na aprendizagem da língua espanhola por parte de um aprendente que tenha português como L1, recorrendo, em alguns casos, à existência de correspondência.

Para o caso da semelhança entre o português e o espanhol e a facilidade que esta situação proporciona à aprendizagem de uma dessas línguas por um falante nativo de outra, há vários estudos que o comprovam. Carinhas (2011), por exemplo, analisa o fenómeno de transferência linguística de um falante nativo de espanhol na sua aprendizagem do português, num estudo longitudinal. Os resultados ao nível do vocabulário sugerem que as estruturas lexicais estruturalmente iguais ao português não se apresentam como sendo problemáticas no processo de aprendizagem, porém, quando o significado dessas mesmas expressões não é equivalente, os chamados “falsos amigos”, o processo de aprendizagem semântica das mesmas revela-se um pouco demorado, estando, em alguns casos, dependentes da educação formal. Pereyron e Alves (2016) fazem um estudo semelhante, com enfoque na aprendizagem das vogais do português por falantes de espanhol, e Ruas (2017) centra-se na ordem das palavras do espanhol. Os resultados sugerem o mesmo: as estruturas linguísticas semelhantes mostraram-se como sendo de aquisição mais rápida se comparadas às estruturas diferentes, que geralmente favorecem o processo de interferências.

Segundo Costa (2015, p.79), interferência é um fenómeno que resulta na utilização de estruturas e elementos linguísticos da língua de partida na língua de chegada, mas para Naege (2017, p.25) as interferências são os resultados irregulares que acontecem das transferências erradas da norma de uma língua para outra, que se apresentam não simplesmente na norma da língua de chegada, como defende Costa (2015), mas também na língua de partida, sendo que a língua que influencia acaba por ser igualmente influenciada em alguns aspetos. Os falantes que acabam transportando traços da L1 são os mesmos que, de alguma forma, utilizam características da L2 na L1.

Esta aceção de Naege (2017) do conceito de interferência é mais alargado porque considera que o fenómeno ocorre tanto na língua materna, como na língua-alvo ao longo do processo de desenvolvimento linguístico de um indivíduo. Trata-se de um conceito muito discutível em estudos sobre a aquisição linguística. As discussões centram-se essencialmente na necessidade de aferir a influência da L1 na aquisição de uma L2 (Carinhas 2011), e se este fenómeno já não é consensual, o inverso muito menos o seria.

Para o caso da variante do português falado em Angola, as influências manifestam-se um pouco por todo o sistema linguístico, embora em alguns casos com maior destaque do que em outros. O português tem sofrido várias mutações por influência das línguas de origem africana e, por conseguinte, as línguas africanas também têm sido influenciadas pelo português.

Ao nível do processo de aquisição/aprendizagem linguística, e em decorrência de o português ser a língua segunda da maior parte dos angolanos, o processo de interferência das línguas angolanas é também evidente. Mas também existem angolanos que têm contacto com uma dessas línguas angolanas depois de já terem aprendido o português e, nestes casos, o processo de interferência linguística ocorre do português para esta língua.

As transferências linguísticas em Angola apresentam-se principalmente ao nível fonológico, pois existem muitas palavras das línguas africanas que foram aportuguesadas, ou seja, falantes que têm o português como língua materna, e não têm domínio de outra língua, ao pronunciarem palavras, por exemplo, em umbundu ou em kimbundu, articulam-nas como se fossem palavras portuguesas, sendo que as mesmas na sua língua original seriam pronunciadas de uma outra forma. Blank (2008, p.31) considera este fenómeno como transferência de sotaque “estrangeiro”. A autora salienta que um falante iniciante de uma L2 tende a transferir aspetos fonético-fonológicos da L1 para L2, fazendo referência à dificuldade em separar a articulação das duas línguas distintas, ou seja, há probabilidade de transportar articulação e prosódia da L1 para a L2.

Pelo facto de existirem grandes diferenças a nível fonético entre o português e as línguas nativas, as interferências no português de Angola, resultantes do contacto entre as mesmas, são muito evidentes. Viti (2012) e Sassuco (2016) apontam as dificuldades que alguns falantes angolanos têm na pronúncia da lateral alveolar /l/, sobretudo no final de sílaba, verificando-se que, por não existir esse som nessa posição na sua língua materna, os locutores o substituem pela vibrante /r/. Dessa forma, palavras como “balde”, “alface” ou “saltar” são pronunciadas “barde”, “arface” e “sartar”. Para Viti (2012, p.29), este fenómeno acontece na maior parte das vezes em falantes menos escolarizados, mas Sassuco (2016) discorda ao afirmar que não se regista somente em falantes sem escolaridade, mas também em falantes escolarizados. Outro exemplo que podemos apontar é a substituição do /z/ pelo /s/ por falantes que têm como língua materna uma língua africana, e para os quais o português é língua segunda, não sendo língua de comunicação no seio familiar. Segundo Zau (2002, p.202), estas interferências acontecem pelo facto de no sistema fonético das línguas africanas não existir o som /z/, resultando na substituição pelo fonema /s/, sendo o som mais próximo.

O processo de transferência linguística das línguas angolanas para o português não acontece apenas ao nível fonológico, e nem sempre resulta em interferências. O nível lexical muito beneficia nesse processo. O convívio do português com as línguas africanas faz com que determinadas expressões das línguas autóctones entrem para o léxico português, tornando-o cada vez mais numa variante rica e com mais expressividade para todos aqueles que não o têm como língua materna.

As línguas com mais falantes são as que, de certa forma, transferem mais vocabulário, ou seja, sendo que alguns autores chegam mesmo a afirmar que não se conhecem expressões introduzidas no português vindas das línguas khoi e san, por estas serem faladas por uma minoria da população angolana. Por outro lado, o umbundu, o kimbundu, o kikongo dentre outras, sendo as línguas mais faladas depois do português um pouco por todo o território angolano, enriqueceram e continuam a enriquecer a variedade do português angolano nos seus variados sistemas.

Costa (2015, p.103), descrevendo este processo de transferência lexical do umbundu para o português, apresenta alguns exemplos, os quais designa por “umbudismos no português”:

“Ekamba”, que em português passou para “camba”, para se referir a um amigo;

“Kota”, que passou para “cota”, indicando pessoa adulta ou mais velha;

“Olambula”, em português “lambula”, designando peixe sardinha.

Como se pode verificar, as palavras apresentadas por Costa (2015) são exemplos de expressões que, ao chegarem ao português, se adaptaram à pronúncia e à escrita dessa língua. Mas nem sempre acontece dessa forma, ou seja, há outras palavras que, ao serem transferidas para a língua-alvo, neste caso o português, preservam a sua pronúncia e escrita. Carrasco (1993) apresenta como exemplo “Musseque” e “Kuissangua” e as interjeições “oko”, “aka” e “mba” que atualmente pertencem também ao português angolano.

No prisma de Calossa (2019), ao nível semântico, falantes de umbundu acabam por cometer erros ao fazerem, por vezes, traduções literais de estruturas da sua língua materna para o português. Tome-se como exemplo a frase “*Ndiyevite elemba Iyombinsi*”, completamente correta em umbundu e que traduzida de forma literal para o português resulta em “*Estou a escutar cheiro de peixe*” (Calossa, 2019, p. 26), sendo usada, normalmente, em situações de comunicação em português. Frases como esta não são produzidas apenas por crianças, ou por pessoas menos escolarizadas, sendo proferidas por pessoas adultas com um bom nível de escolarização.

São apontados vários fenómenos de transferências das línguas autóctones para o português em Angola, muitos dos quais resultam em interferências, como já fizemos referência. No que diz respeito ao nível morfossintático, sendo este o foco principal do nosso trabalho, trataremos esta questão com mais exaustividade nos próximos capítulos, sendo que, na presente secção nos propusemos a demonstrar alguns exemplos que sustentassem a nossa abordagem à temática das interferências.

Inverno (2009), entre os muitos problemas morfossintáticos que podemos encontrar na variante angolana do português, aponta para a omissão da marca do plural no sintagma

nominal. De acordo com a autora, estruturas como “os carro”, ou “as pessoa”, são muito comuns nesta variante. Trata-se de uma questão verificada ao nível da concordância nominal. São muitos os estudos que atribuem esta falta de concordância à interferência de uma língua bantu, como o umbundu, em que a marcação do plural é feita no início do radical, através do acréscimo de afixos.

Zau (2002) afirma que muitos dos erros de concordância que acontecem na fala de angolanos que não têm o português como língua materna e que as diferenças entre esta língua e as línguas angolanas no que à formação do plural diz respeito são as principais razões para que estas interferências ocorram:

É a existência de prefixos que, no caso dos substantivos, indicam o número, ao contrário da língua portuguesa, em que o número é marcado por desinências. O prefixo nominal varia de acordo a classe a que pertence o substantivo. De uma forma geral, este último é formado de um radical invariável, no singular e no plural, precedido de um prefixo variável. É, pois, pelo prefixo que sabemos se se trata de um singular ou de um plural (Zau, 2002, p.202).

Portanto, esta particularidade entre as duas línguas, de acordo com o autor, é o que dá origem a estas frases. Trata-se de uma posição que tem sido já muito rebatida, pois se se tratasse de um fenómeno resultante unicamente do processo de interferência linguística das línguas angolanas, o mesmo não ocorreria noutras variantes, como a brasileira retratada por Silva (2012), ou a moçambicana descrita por Jon-And (2010).

Por estas razões, na análise que nos propusemos realizar, a concordância, assim como outros fenómenos que, à partida, são tidos como resultantes de interferências linguísticas das línguas angolanas e do português, será analisada em correlação com outras variáveis relacionadas com o perfil dos participantes da pesquisa.

# Capítulo II

## Fundamentação teórica

Este capítulo constitui o quadro teórico que orienta o nosso estudo, onde apresentamos os conceitos fundamentais em torno das abordagens sob o ponto de vista da Sociolinguística Variacionista. Trataremos, ainda neste capítulo, a questão do Sintagma Nominal e a sua estrutura, em particular, a concordância de número a nível do SN.

### 2.1. Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e Mudança

A sociolinguística é uma área da linguística que revolucionou teorias como as de Saussure, de Chomsky e de outros linguistas que, nos seus posicionamentos teóricos, não consideravam propriamente questões sociais, considerando que para descrever a língua como sistema não seria necessário atender a questões socioculturais e contextuais. A sociolinguística dá importância ao modo como as comunidades linguísticas se expressam, o impacto social que essas formas de falar causam à língua, a relação existente entre língua e sociedade, não separando a diacronia e sincronia, entendendo que a língua não pode ser estudada em um dado momento, mas no decorrer da vida, não se esquecendo das diferenças de cada sociedade, considerando que possui o seu próprio modo de viver, agir, pensar e falar. Moreira (2015) considera que

Para a sociolinguística a variação é sistemática, concebida como uma heterogeneidade linguística no sistema linguístico (*langue*) de dada comunidade de fala. A variação, observada na *parole*, é tratada dentro do sistema, da *langue*, e se faz uma correlação entre os fatos linguísticos, nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico com os fatos sociais, sexo, idade, escolaridade, etc. Portanto, o sistema está sujeito também às pressões extrínsecas ao sistema, além das regras internas ao sistema, e não exclusivamente sujeito às regras internas, como na concepção do suíço Ferdinand Saussure (p.197).

Assim, a sociolinguística variacionista é uma subdivisão da sociolinguística que teve o seu início na década 60, tendo como seu maior expoente William Labov que, nos seus estudos, descreve estatisticamente o fenómeno da variação, analisando o falar de uma determinada comunidade. Este método pressupõe a compreensão do processo de variação como fenómeno linguístico que se comporta nos diferentes níveis sociais.

Moreira (2015, p.183) aponta que o estruturalismo e a sociolinguística variacionista possuem um carácter comum quanto à conceção de língua como um fator social, elemento essencial para o convívio e o diálogo entre as pessoas. Os seus princípios divergem quanto ao objeto de estudo: para o estruturalismo, a língua é um sistema de signos, pelo que a linguística deveria preocupar-se somente com a língua, deixando de lado questões sociais, e estudá-la dentro de um determinado período de tempo, não havendo necessidade de acompanhar a sua evolução, ou seja, em vez de fazer um estudo histórico, é necessário escolher um determinado período de tempo e estudá-la, dando, desta forma, primazia ao estudo sincrónico e não ao diacrónico.

Enquanto para os estruturalistas a capacidade da linguagem é externa ao homem, a perspectiva generativista não se interessa pelos fenómenos sociais, concebe a língua como um dado biológico do homem. Para esta corrente, a língua é uma capacidade inata aos indivíduos, isto é, uma capacidade natural da espécie humana, e, por sua vez, o modelo linguístico pelo qual é exposto só ajuda no desenvolvimento dessa capacidade, baseada em dois elementos: competência e desempenho. A competência será a predisposição que o ser humano possui para utilizar adequadamente a língua em diferentes situações de comunicação e o desempenho, ou performance, é a capacidade que os seres humanos possuem de aprender, ou seja, através de um conjunto mínimo de regras de um sistema linguístico, é possível produzir frases de uma língua. Mesmo que o indivíduo tenha domínio dessas regras, na aquisição da língua ele poderá não receber perfeitamente os dados. Dito de outra forma, durante o processo de aquisição, o indivíduo está sujeito a manifestações proporcionadas por fatores externos à língua que irão interferir nesse mesmo processo e que modificam a língua. Chomsky (1978) defende que uma criança, no seu processo de crescimento, vai ouvindo determinadas informações e que, quando atinge a fase da fala, a gramática interna que possui lhe permitirá analisar e perceber como é que está estruturada a gramática da sua língua materna, o que o fará ser capaz de reproduzir todas as informações que foi ouvindo ou observando enquanto criança. Nesse caso, a língua já se encontra interiorizada, necessitando apenas que se encontre inserida num meio, ou contexto, que favoreça essa capacidade de reprodução do sistema linguístico. De acordo com Chomsky (1978, p.84),

A performance só é um reflexo direto da competência no caso de vigorarem as condições ideais. Na realidade dos factos, é óbvio que ela não pode refletir diretamente a competência. Uma gravação da fala natural mostrará numerosos arranques em falso, desvios das regras, mudanças de intenção e meio caminho, e assim por diante. Para o linguista, assim como para a criança que aprende a língua, o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe a uso na performance efetiva.



Por sua vez, Labov (1972) considera o grupo de falantes de uma língua como uma comunidade heterogênea, constituída por diversas variáveis. Para provar esta mesma teoria, o autor desenvolveu uma abordagem segundo a qual o sistema linguístico acontece heterogeneamente e depende da comunidade falante, considerando assim a linguagem plural e não individual, pois esta desenvolve funções tanto sociais quanto pessoais. Segundo o autor, as mudanças dentro de uma comunidade linguística devem ser feitas através de observações da própria linguagem e as mudanças vão acontecendo através das variáveis que ocorrem dentro da sociedade. Para Labov,

Não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões, sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (1972, p.21).

Para a sociolinguística variacionista, a linguística deveria ter como objeto de estudo as relações existentes entre língua e sociedade. Por um lado, o estruturalismo considera a língua homogênea, dependente entre si, por outro a sociolinguística variacionista considera a língua como um sistema heterogêneo que, em contextos de comunicação entre indivíduos, está sujeita a variação. Desta forma, considera que, pelo facto de língua possuir um carácter natural, é um sistema flexível à mudança entre os diferentes estratos sociais de uma comunidade, pois, mesmo em sociedades que falem a mesma língua, esta apresenta traços específicos, constituindo normas e padrões diferentes de uso morfológica, fonológica e sintaticamente. Em suma, para esta corrente, a “heterogeneidade social implica inerentemente a heterogeneidade da língua” (Moreira, 2015, p.183).

No prisma de Lucchesi (1998, p.187), a heterogeneidade linguística é outro traço distintivo entre o estruturalismo e a sociolinguística, sendo que, para o estruturalismo, diante da língua, o falante é um agente passivo, “a organização estrutural do sistema linguístico é concebida independentemente da ação do falante, da prática linguística ou das disposições estruturais nas quais essa prática se efetiva”; ao passo que, para a sociolinguística, contrariamente ao estruturalismo, o falante não tem a língua como um sistema estático, inalterável, mas sim heterogêneo, onde existe a oportunidade de selecionar estruturas que se adequem a cada circunstância, dependendo do momento e do contexto. O falante tem aqui a primazia de eleger, de entre as diferentes variantes linguísticas existentes, a que melhor se adequa ao momento discursivo. Além do mais, o uso dependerá igualmente da intenção do falante no momento de comunicar: se for a de convencer, negar ou afirmar uma ideia, selecionará não somente a variante, assim como o registo linguístico, o qual condirá com o momento, ou seja, se se tratar de um ambiente formal, optará por usar uma linguagem mais cuidada, e se for mais familiar ou amigável, usará uma linguagem informal,

podendo ainda depender de outros fatores como a idade dos interlocutores, pois não pode se comunicar da mesma forma com crianças, com adultos ou adolescentes. Lucchesi (1998, p.57) enfatiza que

Em sua relação com a língua, o indivíduo desempenha um papel ativo, na medida em que é obrigado a selecionar entre as várias possibilidades expressivas que a ele se oferecem na estrutura da língua. Esta seleção opera em todos os níveis da língua, pois, em cada um deles, se oferecem, para cada conteúdo representacional, diferentes possibilidades expressivas. Por outro lado, esta seleção é feita de acordo com o valor que o falante atribui de forma mais ou menos consciente a cada uma das possibilidades expressivas, o tipo de relação social que o une ao seu interlocutor e ao papel linguístico que deseja desempenhar especificamente nesta interação.

Ainda de acordo com o mesmo autor, se considerássemos a língua como um sistema homogêneo, externo ao indivíduo, o sistema linguístico seria imune à intervenção de factos sociais, ou seja, os fatores externos não teriam nenhuma relevância nas alterações que surgem ao longo do tempo, pois a sua criação, conservação e mudança são determinadas pelas relações existentes entre os indivíduos dentro de uma comunidade de fala (Lucchesi, 1998, p.56-57). Nessa ótica de pensamento, Oliveira (2017, p.5-8) reitera que não é concebível separar o contexto social do sistema linguístico, uma vez que a língua é parte integrante de uma comunidade. Fazer esse tipo de análise, ou seja, separar as componentes língua e sociedade, seria o mesmo que conceber o sistema linguístico como automático.

É importante salientar que as análises teóricas que não primam pelo uso concreto da língua são necessárias para o estudo da língua como sistema, sendo que estas determinam regras e reconhecem padrões, mas estas mesmas análises estão sujeitas a não retratar o uso real e quotidiano da língua. Normalmente, essas regras e padrões são ditados pela gramática normativa, associando-se as noções de certo e errado, ao contrário da análise sociolinguística, a qual parte de um princípio de variedade de uma língua. Dallemole, Osório e Patatas (2018, p. 109), por sua vez, afirmam que “não existem erros em língua, existem formas de uso da língua diferentes daquelas que são impostas pela gramática tradicional”. Em língua só se pode considerar erro aquilo que compromete a comunicação, ou seja, as diferenças existentes entre uma e outra variedade e as diferenças entre norma-padrão e não padrão não poderão ser concebidas como erro numa língua, sendo que o uso de uma ou outra variedade não interrompe a intercompreensão entre os locutores.

Posto isto, a sociolinguística não se opõe a essa análise, defendendo que é importante que os falantes de uma determinada língua tenham noção das regras gramaticais que a regem, sendo que, tanto na escrita quanto na fala, existem padrões que, se compreendidos, facilitam a percepção de uma língua. Todavia, reconhecer essas regras não implica que se dê

todo o crédito à gramática, ou seja, não significa que “o correto” numa dada língua se encerre na gramática ou norma, uma vez que, obviamente, a escrita não corresponde de forma exata à fala, nem a fala da escrita, mas tanto a fala como a escrita servem de meios de comunicação dentro de uma língua. É por esse motivo que a sociolinguística não coloca de parte a escrita, uma vez que nela também se manifestam variações e mudanças. Para esta área de estudo, embora o foco seja a realidade social, é importante que se leve em conta todas e quaisquer variedades linguísticas porque estão interligadas, dependendo umas das outras.

Do ponto de vista teórico e metodológico, Labov (1972) sistematiza o estudo da linguagem no seu contexto social. Para chegar a conclusões e entender exatamente quais são os fatores que favorecem ou interferem na variação e mudança de uma língua, o autor levou a cabo um estudo de campo na cidade de Martha's Vineyard no estado de Massachusetts, nos EUA. De acordo com Labov (1972, p.26-27), esta é uma área geográfica onde se considera ser preservado o inglês americano. Entre os muitos traços característicos que demonstram a herança arcaica fonética deixada pelos habitantes do sudeste da Nova Inglaterra antes de 1800, o que mais chamou à atenção do autor foi o facto de que, num contexto onde quase não se usava o *r*, nesta ilha era visível a conservação do *r* final e pré-consonantal; sendo estes traços específicos mais visíveis em falantes entre 50 a 95 anos de idade. Para o efeito, o autor usou a técnica de entrevistas, gravando as produções espontâneas de falantes das diversas regiões, faixas etárias, grupos étnicos da ilha e foi fazendo observações em diferentes ambientes, como bares, restaurantes, supermercados, ou seja, em áreas públicas onde era possível ouvir conversas e fazer anotações sem que os falantes percebessem que estavam a ser observados, sendo que essas observações foram usadas como complementos das gravações. Entre vários aspetos identificados, o autor notou que havia uma mudança na alteração fonética dos primeiros elementos dos ditongos / ay / e /aw / em inglês. Para entender esse fenómeno, foram realizadas entrevistas a 69 falantes nativos da ilha, devidamente gravadas, concluindo-se que essa variação ocorria devido à fatores como a diferença de classes sociais, a localização da ilha, o sexo e as idades dos entrevistados.

Outro aspeto interessante desenvolvido por Labov (1972), foi a ausência ou presença da consoante *r* em posição pós-vocálica em Nova Iorque. Num estudo preliminar, o autor traçou a hipótese de que essa alteração da variável linguística resultaria da estratificação social e dos limites geográficos da ilha, sendo que em algumas áreas o seu uso não era predominante, mas em outras apresentava-se cada vez mais intensificado. Noutros trabalhos de investigação, o autor anteriormente citado concluiu que essa variável é um fenómeno que acontecia em qualquer situação em que se verifica a estratificação social ou estilística na fala de Nova Iorque. Numa pesquisa mais aprofundada, Labov (1972) usou

como amostra gravações feitas entre membros do mesmo grupo ocupacional/profissional e, para isso, selecionou 3 lojas distintas em Nova Iorque, levando em consideração a sua localização e a posição ou *status* da loja e dos clientes que as frequentavam. Com esse estudo, Labov (1972, p.61) verificou que, embora as percentagens oscilassem entre uma e outra loja e de funcionário para funcionário, essa variação encontrava-se associada aos níveis socioeconómicos das 3 lojas, pois quanto maior era o nível socioeconómico do cliente mais oportunidades de utilização da consoante em estudo havia, e quanto mais baixo era o nível, menos se observava o uso. O autor percebeu, igualmente, que os falantes da norma menos prestigiada, ao tentarem aproximar-se da norma de maior prestígio, acabavam por usar a hipercorreção.

Estes estudos de Labov revolucionaram significativamente toda a investigação na área da sociolinguística, pois a partir daquele momento proliferaram os trabalhos que consideravam os fatores sociais no desenvolvimento linguístico dos falantes.

### **2.1.1. Variação Linguística**

Coelho, Gorski, Sousa e May (2015, p.14-15) consideram que é imprescindível levar em consideração noções como variedade, variação, variável e variante. Segundo os autores, variedade consiste em diferentes formas de falar a mesma língua; variação na possibilidade que uma língua tem em se transformar em determinadas situações em relação ao tempo, sociedade, estilo, ou outros vários elementos; e variável no fenómeno pelo qual se objetiva a análise. Por sua vez, Garmadi (1983, p.29) define variação linguística como o “conjunto de diferenças situadas simultaneamente aos níveis do léxico, da gramática e da fonologia ou só a um ou dois destes níveis dentro do sistema de uma língua”. Estes conjuntos de variedades diferem entre si pelas funções e atribuições funcionais que cada um deles desempenha num dado contexto extralinguístico. Uma língua, pelo facto de ser falada não somente por uma pessoa, mas por um conjunto de pessoas que partilham o mesmo sistema linguístico (e que podem partilhar o mesmo território ou não) e que fazem parte de um meio que está em constante evolução, está sujeita a determinadas alterações, e é através dessas diferenças entre grupos que surgem as variações, aspeto destacado por Faria (2003, p.33) ao referir que

qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada. Ao mesmo tempo que os falantes nativos de uma dada língua são capazes de

reconhecer a sua língua e de reconhecer que outras línguas não são a sua, apercebem-se também que a sua língua é objeto de variação e de mudança.

De acordo com autora, a existência de variedades e variantes de uma língua é um aspeto enriquecedor para a própria língua, sendo que este é um sinal de que a língua apresenta cada vez mais características de desenvolvimento e evolução, essa diversidade deve-se defender e preservar, constituindo uma particularidade da história de qualquer língua nos locais onde é utilizada. Entretanto, o facto de, entre um leque de variedades ou variantes, se tender a eleger uma para ocupar o lugar de norma-padrão não faz das outras menos importantes, ou seja, se não existe uma língua melhor do que a outra e também não existe uma variedade melhor do que a outra, uma vez que todas desempenham o valor de identidade, património cultural e veículo de comunicação na comunidade em que são faladas. Para a sociolinguística, o facto de que numa sociedade convivam diferentes variantes, ou de que um mesmo indivíduo faça uso de duas ou mais variantes, não significa que se esteja diante de uma sociedade marginalizada ou menos desenvolvida, pois tanto uma quanto outra forma de expressão não compromete nem dificulta a compreensão entre os falantes que as usam. Num ato comunicativo entre pessoas de variedades diferentes não há falta de intercompreensão entre elas, por isso, em vez de haver falta de entendimento, deveremos compreender que essas diferenças enriquecem a língua no que respeita aos significados sociais (Coelho et al., 2015, p .14-15).

Uma língua pode ser falada em vários países, mas em cada um destes pode apresentar formas diferentes de utilização, ou seja, é o mesmo sistema linguístico, contudo sofreu alterações nos diferentes territórios ou países. Segundo Garmadi (1983, p. 28), as variedades geográficas acontecem devido à diminuição de contactos entre dois grupos, o que resultará na diferenciação linguística, originada pelo afastamento do espaço geográfico. É possível observar essas diferenças no léxico, na morfologia, na sintaxe, e na fonologia. A partir do falar de uma pessoa, é possível deduzir de onde é proveniente; dentro do continente africano, por exemplo, o falar dos angolanos é diferente do dos moçambicanos, cabo-verdianos e santomenses; não obstante, mesmo dentro de um território, existem variantes. Coelho et al. (2015, p.15) reiteram que a nossa maneira de falar espelha, muitas vezes, vários aspetos sobre nós próprios, fornece a quem nos ouve informações sobre a nossa personalidade, proveniência e, por vezes, o estatuto social e, assim, oferece a oportunidade de o ouvinte presumir quem somos, sendo que tais depreensões podem corresponder à realidade ou não.

Para Camacho (2001), citado por Dallemole et al. (2018, p.108), as diversidades linguísticas não são motivadas somente pelas origens socioculturais e geográficas, uma vez que os indivíduos têm a autonomia de determinar o tipo de linguagem a usar de acordo com o

momento, ou seja, além da variação entre falantes da mesma língua, existe uma variação resultante da utilização da língua em diferentes contextos, pois uma única pessoa tem o livre arbítrio de decidir como falar num determinado contexto. Em alguns casos, o falante de uma língua, pertencente a uma comunidade específica, está consciente da existência de diferentes variedades, mas não as usa de uma forma simultânea, este faz a adaptação da língua de acordo com o meio e, no convívio alternado com outras pessoas, adequa o nível de linguagem, dependendo do objetivo e do assunto, como afirmava Lucchesi (1998). Assim, a heterogeneidade linguística aplica-se também por meio de variações sociais e estilísticas, que, nestes casos, se projeta em diferentes fatores como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social e religião.

Segundo Labov (1972, p.313), tanto a variação social quanto a estilística “pressupõem a opção de dizer a mesma coisa de várias maneiras diferentes, isto é, as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem na sua significação social e /ou estilística”. A diferença fonética que possa acontecer entre um e outro enunciado não altera o significado do mesmo, o valor de verdade que tem uma variante é o mesmo que possui a outra e as duas serão usadas pelos falantes de uma comunidade para expressar a mesma ideia e num mesmo contexto.

Na ótica de Coelho et al. (2015, p.17-18), para que uma expressão seja considerada variante é necessário que cumpra com alguns requisitos: 1) devem ser intercambiáveis no mesmo contexto e 2) devem manter o significado referencial / representacional. Para Labov (1972) e Coelho (2015), duas expressões só passam a ser consideradas variantes se as mesmas, ao serem substituídas, não alterarem o significado referencial, independentemente do contexto em que se usam, e não transmitam ideias contrárias àquilo que se pretende passar. Coelho et al. (2015, p.18) apresenta-nos um exemplo ao nível fonético no contexto brasileiro, em que numa mesma comunidade perduram duas variantes diferentes: a palavra peixe em algumas regiões é pronunciada /peixe/ e em outras /pexe/. Neste caso, tanto uma quanto a outra transmitem-nos a ideia de um animal aquático e, durante uma conversa entre duas pessoas que usam tais formas, a pronúncia não coloca nenhum obstáculo à compreensão. Apresentamos um outro exemplo ao nível lexical para a variedade do português angolano: existem duas expressões para denominar uma lagarta comestível; no sul do país chamam-na de mayungo/maungo e no norte recebe o nome de catato. Numa situação de conversação entre pessoas originárias destes pontos geográficos, um dos termos pode parecer estranho para um dos falantes, mas não deixa de transmitir a ideia de lagarto.

Ainda de acordo com Coelho et al. (2015, p.18), as variantes podem ser divididas em padrão e não padrão, as primeiras são aquelas que, geralmente, possuem prestígio numa sociedade e são utilizadas por instituições e por pessoas com estatuto social alto e escolarizadas. De

acordo com a autora, normalmente essas variantes tendem a ser mais conservadoras, diferentes da variante não padrão que é, normalmente, usada em contextos menos formais, constituindo uma variedade inovadora e coloquial de uma língua.

### **2.1.2. Mudança linguística**

À medida que o tempo passa, o mundo evolui e as línguas acompanham essa dinâmica, pois também se encontram em constante crescimento e mudança. Fatores linguísticos e não linguísticos estão na base destes processos de alterações. Banza e Gonçalves (2018) afirmam que,

enquanto instrumentos de comunicação, as línguas mudam naturalmente e em permanência, acompanhando a mudança das sociedades que a utilizam; e, por outro lado, a mudança afeta todas as partes da gramática: nos seus aspetos estruturais em parte devido às reanálises que cada geração de falantes faz durante o processo de aquisição, em parte devido a outros fatores, nomeadamente a fatores fisiológicos ou outros, nem sempre fáceis de identificar- bem como também no domínio do léxico onde a mudança decorre essencialmente do contacto linguístico ou de novas realidades e necessidades da comunidade falante (p.8).

Segundo os mesmos autores (2018, p.11), diferentemente da língua escrita, cuja mudança depende exclusivamente de decretos ou leis que regem um país, as mudanças que ocorrem na língua falada estão a cargo dos falantes, pois os utilizadores de uma língua não seguem minuciosamente as regras da gramática no momento de comunicar, ou seja, a oralidade é muito diferente da escrita, sendo mais espontânea e, por isso, e em geral, menos cuidada no que à utilização das regras de gramática diz respeito. Sobre este aspeto, Marquilhas (2013) acrescenta que a escrita tarda a registar fenómenos de alterações que ocorrem na língua, sendo que os falantes são mais conservadores na escrita do que na fala. Ao escrever, verifica-se o cuidado em não fugir da norma-padrão da língua, mas, ao falar, existe uma certa liberdade no uso de novos vocábulos. Geralmente, os textos mais conservadores são os literários e, por sua vez, as normas literárias conservam mais registos antigos do que as variedades faladas.

Marquilhas (2013, p.22) salienta que “mesmo quando os textos escritos apresentam inovações, é difícil distinguir o que são novas convenções daquilo que são verdadeiras manifestações de mudança linguística”. Segundo a autora, é por estes motivos que, muitas vezes, os historiadores das línguas privilegiam os textos de autores menos escolarizados, acreditando que estes serão mais fieis à língua falada, ou seja, os autores alfabetizados tendem a grafar de acordo com as convenções de uma dada língua por estarem conscientes do que é “certo e errado”, e terem o cuidado de não fugir à norma-padrão, enquanto os

menos escolarizados grafam o que ouvem e falam e, por vezes, utilizam termos mais coloquiais, algo que é difícil observar em textos de escritores letrados. Desta forma, as mudanças que ocorrem numa língua, se tivermos em conta estes textos, são mais visíveis em registos menos formais ou, como diria a autora referenciada, “a mudança linguística afeta as frases, as palavras, e os sons da língua, ao passo que, a mudança gráfica é apenas uma alteração de convenções, umas tácitas, outras assumidas em documentos próprios e sancionados por uma instituição académica”.

Se considerarmos a mudança como uma característica própria das línguas naturais, ao contrário daquilo que os antigos gramáticos consideravam sobre a mudança da língua, as alterações, transformações e mudanças que ocorrem nas línguas no decorrer do tempo não encaminham necessariamente ao progresso, nem tão pouco à decadência, sendo que estaríamos a fazer juízos de valor ao considerar uma ou outra, isto é, faria sentido uma variedade normativa da língua, estática e supostamente perfeita, pois as mudanças que ocorrem constantemente nas línguas apresentam algumas consequências na relação entre a norma-padrão, culta e popular, sendo que, ao surgir uma nova forma, há necessidade de coexistirem a forma antiga e a nova, e que, por vezes, a nova acaba por se sobrepor à antiga, passando a integrar a norma (Banza & Gonçalves, 2018, p.)

Cavalcante (2021, p.252) apresenta-nos uma ideia não diferente de Banza e Gonçalves (2018), mas foca a sua reflexão no declínio das línguas, ou seja, não se debruça sobre o desenvolvimento que uma mudança pode causar, mas acredita que a adoção de uma nova língua por parte de uma comunidade não implica, unicamente, a mudança da língua já existente, mas também o “desaparecimento, a morte”, dependendo do prestígio que a nova língua terá naquela sociedade, isto é, quanto mais destaque tiver, mais probabilidades de uso terá, fazendo com que as novas gerações se afastem (e por vezes desprezem) a língua recebida dos seus antepassados. Partindo dessa premissa, a realidade angolana, que é também a de outros países africanos, comprova a afirmação de Cavalcante (2021) ao mencionar o esquecimento das línguas nativas de uma comunidade quando estas se deparam com novas línguas (mais valorizadas) no território. No decorrer dos tempos, verifica-se uma melhoria na valorização das línguas africanas, como já se referiu nas secções anteriores deste trabalho, porém, falando do caso de Angola, o elevado prestígio do português tem feito com que outras línguas sejam pouco consideradas, ou mesmo esquecidas, uma vez que a língua de comunicação entre todos é o português e a grande maioria da camada mais jovem está dividida entre os que não falam e os que falam pouco as línguas autóctones, aquela que é uma herança deixada pelos primitivos africanos. Isto acontece por alguns crescerem em meios em que ninguém fala tais línguas e, em outros casos, por considerarem que quem as fala não é culto ou escolarizado.



Esta é uma situação que muito preocupa os investigadores de qualquer língua, pois a sua continuidade depende significativamente da sua importância social. Tal preocupação tem levado a que se faça mais pressão junto do poder político no sentido de se estabelecerem políticas que mudem este quadro. A introdução dessas línguas no sistema de ensino e a introdução na grelha televisiva de programas nessas línguas são algumas dessas políticas.

Mateus e Caldeira (2007, p.47) apontam o contacto linguístico, social e cultural como possíveis causas, ou razões, para a variação e mudança da língua, pois no léxico surgem novas palavras e outras caem em desuso, estendendo significados ou restringindo outros, uma vez que na cultura surgem novos hábitos e costumes. Os intercâmbios que as sociedades vão mantendo não só fazem com que elas adquiram novos costumes, hábitos sociais, mas também o desenvolvimento do conhecimento linguístico mediante o uso da língua. As autoras chamam-nos à atenção para essa questão, olhando para a evolução que português foi sofrendo ao longo dos tempos, através do contacto que o português manteve com línguas próximas e afastadas, ou seja, ao longo da história, foi possível notar o enriquecimento da língua e também mudanças. Se compararmos alguns dos primeiros textos escritos em português (ver a *Notícia de fiador*, 1175), veremos que existem muitas diferenças com a escrita atual, pois desde o português antigo até ao português moderno verificam-se bastantes alterações e mudanças. Só a partir do século VI e VIII, o português ganhou características próprias, afastadas do latim, e, ainda assim, não deixou de receber as suas influências.

Para Mota (1993, p.110), sempre que estamos perante uma mudança, devemos considerar a existência de variação. Esta, obviamente, deve-se aos contactos que a língua teve com outras línguas, pois deste processo resulta desenvolvimento ou alteração normais, ou, por outro lado, acabam por surgir novas línguas, como é o caso das línguas mistas, que têm origem não em apenas uma, mas em várias línguas. Assim, para Marquilhas (2013, p.22), as mudanças e alterações que ocorrem numa língua só são passíveis de observação através da comparação de documentos antigos, de épocas diferentes, e essas observações, para além de servirem como ponte para identificar mudanças ao longo dos tempos, servem também para traçar hipóteses e observar evoluções que ocorreram nas línguas antigas e em línguas genealogicamente semelhantes. Em cada época da história de uma língua, criam-se regras gramaticais e estes registos auxiliam na identificação das mudanças que ocorreram na língua ao longo do tempo.

Mota (1993, p.108) reitera que variação e mudança, enquanto fenómenos linguísticos, não estão diretamente ligados a nenhuma classe social em especial. Este são, simplesmente, estruturais, sendo que toda e qualquer classe está sujeita a mudanças. Para Reis, Machado e Barbosa (2011, p. 6445), as mudanças linguísticas surgem da heterogeneidade da língua,

todavia, nem todo o comportamento heterogéneo pode resultar em mudança linguística. É por esta razão que nem toda a variação implica mudança, mas toda a mudança pressupõe antes variação linguística. Muitas diferenças encontradas na mesma língua são meramente variantes, que constituem características próprias de um determinado grupo linguístico e, nestes casos, não constituem mudanças. Coelho et. al (2015, p.73) acrescentam a esta ideia que, num processo de mudança, é óbvio que existam duas variantes que se encontrem em disputa. Normalmente, no princípio, a nova forma de expressão é restrita a um número limitado de falantes e, com o passar do tempo, esta propaga-se para outros meios ou contextos, pelo que caberá aos falantes adotá-la e substituir a antiga forma pela nova, até se tornar usual, ou utilizar as duas formas, como sucede em alguns casos. Entretanto, é um facto que dentro de uma comunidade é possível que duas ou mais variantes convivam durante muito tempo, verificando-se algum grau de variação, não encaminhando necessariamente a uma mudança.

Labov (1972, p.320) afirma que a origem de uma mudança linguística “não é o ato de algum indivíduo cuja língua desliza ou que se entrega a uma idiosincrasia”. Segundo o autor, só podemos dizer que uma determinada língua mudou, quando uma comunidade adota um padrão linguístico diferente do seu para comunicar entre si, uma vez que a língua não pertence somente a um, mas a toda a comunidade falante. Num contexto em que uma determinada expressão seja introduzida por um falante (após a ter adquirido pelo contato que manteve com falantes de outras línguas ou sociedades), esta nova expressão só fará parte do léxico da língua do falante quando for adotada por todos ou por um conjunto significativo de falantes, ou seja, uma pessoa por si só não consegue mudar uma língua.

Desta forma, para o autor, a origem de uma mudança linguística é adoção de uma determinada estrutura pela comunidade falante, ou então, a difusão da mesma. Partindo dessa premissa, não significa que o autor descarte a possibilidade de uma inovação independente e simultânea entre um grupo de falantes, mas salienta a quase impossibilidade de isso acontecer de forma alargada dentro de uma comunidade sem antes existir uma referência por parte dos falantes entre si e, conseqüentemente, uma transferência de um falante para outro. Há facilidade de propagação de uma variante de uma comunidade para outra, ou de um indivíduo para outro, quando possuem comportamentos diferentes e estejam geograficamente próximos, mas para que esse processo aconteça com ainda mais facilidade é necessário que os contatos verbais entre os mesmos sejam regulares (Coelho, et al., 2015 p.91). Por conseguinte, Guy (2001, p.33) define comunidade de fala como um grupo que compartilha traços linguísticos que distinguem este grupo de outros e que comunica relativamente mais entre eles do que com outros, partilhando normas e atitudes perante o uso da linguagem.

Para Guy (2001), no primeiro caso, independentemente da comunidade de fala possuir traços que a diferenciam de outro grupo, esta é definida pela língua compartilhada, ou seja, considera-se uma comunidade de fala aquela que possui peculiaridades frente a outra comunidade; já no segundo e terceiro casos os falantes da mesma comunidade tendem a manter mais contatos entre si do que com pessoas de outras comunidades, não apenas pelas semelhanças linguísticas que possuem, mas pela proximidade entre ambos.

Tendo em conta tais pressupostos, a sociolinguística variacionista propõe 5 aspetos que permitem entender os processos que desencadeiam a mudança linguística que foram definidos por Weinreich, Labov e Hersog (1968): 1) o problema das restrições (*constraints problem*), 2) o problema da transição (*transition problema*), 3) o problema do encaixamento (*embedding problem*), 4) o problema da avaliação (*evaluation problem*) e 5) o problema da implementação (Lucchesi, 1998, p.188).

Segundo Lucchesi (1998), o problema das restrições corresponde às hipóteses selecionadas para responder à questão sobre os motivos ou condições que favorecem a mudança de uma língua. Este diz respeito aos procedimentos que um investigador adota para a análise da variável em estudo, seja ela linguística, seja extralinguística.

O segundo problema é o da transição, segundo a qual o processo de mudança não ocorre num instante, mas pressupõe a observação de estágios em que o fenómeno ocorre, ou seja, para que haja mudança é necessário que aconteça primeiro variação e, para a adoção de uma variante, é imprescindível que haja uma evolução da mesma. Segundo Labov (1972, P.193) é necessário que haja encaixamento entre as variáveis linguísticas e extralinguísticas para que seja possível observar os condicionadores do processo de uma mudança.

Por sua vez, o problema da avaliação relaciona-se com o papel do falante no processo de mudança. Sobre essa questão, Labov (1972, p. 193) refere que “a abordagem indireta deste problema correlaciona as atitudes e aspirações gerais dos informantes com o seu comportamento linguístico. A abordagem mais direta consiste em medir as reações subjetivas inconscientes aos valores da própria variável linguística”, ou seja, normalmente os falantes têm consciência das alterações que acontecem na língua e, deste modo, a posição que os indivíduos adotam face a uma mudança terá a relevância no que tange a repercussão ou propagação da mudança na comunidade de fala. Em suma, se uma variante representar um valor positivo, a tendência é de a mudança ocorrer com mais facilidade e se for o contrário poderá ser mais tardia, pois o comportamento subjetivo do falante pode alterar o processo da mudança (Lucchesi,1998, p. 193).

Existem motivos pelos quais uma comunidade adota um novo modo de falar ou viver. Esse elemento remete-nos para o problema da implementação, que corresponde às razões de

uma mudança linguística. De acordo com Guy (2001, p.32-33), o contacto regular entre pessoas é que determina a coerência entre ambas e, por sua vez, a distância, ou a falta de contato entre elas, encaminha para o desenvolvimento de diferenças entre uma comunidade e outra, pois a probabilidade de falarem da mesma maneira torna-se reduzida. Porém, isso não representa que um simples contato que mantemos com alguém fará com que adotemos características linguísticas dessa pessoa, pois isso dependerá de alguns fatores como vontade e gosto, assim como das necessidades comunicativas. Dito de outra forma, não temos como adquirir hábitos de alguém de quem não gostamos e por quem não temos nenhum interesse, muito menos quando não temos necessidade de comunicar. Por exemplo, na adoção de uma nova língua, o processo torna-se mais fácil quando mostramos interesse e vontade de aprender. Desta forma, a motivação que temos e o gosto que nutrimos pela língua que nos propusemos a aprender tornarão mais fácil a sua adoção, ou então, por exemplo, quando gostamos do falar de uma determinada pessoa e acreditamos, de alguma forma, que aquela seja a forma ideal de se exprimir mais facilmente acarretamos alguns traços da sua fala, sem às vezes nos apercebermos. O processo de transferência de traços linguísticos por meio do contato é igualmente condicionado se a comunidade de fala possuir um sentimento de conservadorismo ou de identidade e, nestes casos, embora os contactos sejam ativos, não acontecerá facilmente a adoção de sistemas linguísticos por esse achar o seu sistema parte da identidade cultural.

## **2.2. Concordância nominal no Português Europeu**

Nesta seção, expomos os aspetos gerais sobre sintagma nominal (SN) e os elementos que o podem constituir, a concordância nominal e a concordância de número dentro do SN. Antes de tal abordagem, torna-se necessário apresentar o conceito de sintagma, sendo este, segundo Moura (2017, p.212), “qualquer combinação de unidades significativas que acontece na cadeia falada” (2017, p.212) e, por isso, haver necessidade de compreender as suas especificidades.

### **2.2.1 - Conceito de SN**

O SN de acordo com Brito (Mateus et al. 2003, p.328) é uma categoria sintática que consiste na projeção de um nome (conferir, mais adiante, frase 1a), ou seja, é uma expressão que tem como a parte mais importante um nome. Além do núcleo, o SN pode incluir complementos (veja-se adiante 1b), determinantes (como em 1c) ou quantificadores (conferir, adiante, 1d), e modificadores (como na frase 1e). Raposo e Miguel (Raposo et al. 2013, p.710) acrescentam a esta classificação os especificadores, ou seja, para estes autores, o SN é

constituído por modificadores, complementos e especificadores, entendendo por especificador a constituição das subclasses dos determinantes e quantificadores.

1. (a) **O gato** subiu ao telhado.  
(b) a disciplina **de matemática**  
(c) **os** prédios  
(d) **Algumas** raparigas não gostam de gelados.  
(e) A blusa **azul** está suja.

Ainda de acordo com Brito (Mateus et al. 2003, p.329), “núcleo e complementos formam a estrutura lexical da categoria SN; por sua vez, determinantes e quantificadores formam a estrutura funcional do SN”.

Segundo Raposo e Miguel (Raposo et al. 2013, p. 703), podemos considerar um SN o constituinte que tem como núcleo um nome comum (veja-se, adiante, o exemplo 2a), um nome próprio (patente na frase 2b) ou um pronome pessoal (como em 2c):

2. (a) O **professor** informou os alunos sobre quando será o teste.  
(b) A **Joana** é muito linda.  
(c) **Ela** enviou mensagem dizendo que chegaria tarde a casa.

O conteúdo semântico do nome que desempenha a função de núcleo do SN pode influenciar a estrutura sintagmática, ao condicionar a realização da concordância nominal de número, por exemplo. Quando se pensa num nome contável como “cadeira”, facilmente se percebe que este admite, na sua estrutura, quantificadores numerais “uma cadeira/ duas cadeiras”, mas o mesmo não acontece com os nomes não contáveis como “alimentação” em que estruturas como “uma alimentação / duas alimentações” são estranhas para um falante nativo do português.

O SN dentro da frase pode desempenhar distintas funções como: sujeito (nos exemplos 3a e 3b), complemento direto (como em 3c), complemento indireto (veja-se a frase 3d) e complemento oblíquo (no exemplo 3e). Para além do mais, também pode desempenhar a função de complemento ou modificador (como na frase 3f) de outro nome ou ainda ter o valor predicativo, geralmente em frases copulativas. Nestes casos, quando o SN atribui uma característica ou estado ao SN sujeito, designa-se por predicativo do sujeito (veja-se o exemplo 3g) e, por sua vez, quando o SN sujeito atribui características ao objeto é chamado predicativo do complemento direto (confira-se, adiante, a frase 3h) (Raposo et al, 2013, p. 704-705).

3. (a) **O poeta** declamou um poema.  
(b) **Este autocarro** não é adequado para transportar idosos.  
(c) Comprei **uma casa**.  
(d) A Margarida ofereceu flores **à sua amiga**.  
(e) Os alunos colocaram os cadernos **sobre a carteira**.  
(f) O jogador **da minha equipa** foi lesionado.  
(g) “O Pedro é **um pianista brilhante**.”<sup>1</sup>  
(h) “Muita gente considerava Napoleão **um tirano**.”<sup>2</sup>

Quanto à forma, Peres (2013, p. 754) divide os sintagmas nominais em três grandes grupos: sintagmas nominais determinados, reduzidos e quantificados. São denominados SN determinados aqueles que resultam da união de um grupo nominal com determinantes definidos, indefinidos ou demonstrativos, ou seja, palavras que acompanham o núcleo, cuja função é de especificar (como na frase 4a), particularizar (veja-se a frase 4b) ou completar o significado do nome (4c).

4. (a) A família da Margarida foi de férias.  
(b) Algumas pessoas são sensíveis ao frio.  
(c) Estas flores são lindas.

O SN quantificado diz respeito aos elementos que atribuem uma quantidade a uma entidade, conforme representado em 5(a) e (b).

5. (a) Apareceram **quatro carros** logo pela manhã.  
(b) Existem **muitos jogadores** naquela equipa.

Diferente do SN determinado, e quantificado, cuja existência do nome pressupõe outros elementos, ou então especificadores, existe o SN reduzido que não necessita de qualquer especificador.

De acordo com Raposo e Miguel (Raposo et al., 2013, p.731), “quando um sintagma nominal tem um valor existencial e indefinido, representando uma quantidade indeterminada de entidades ou uma quantidade indeterminada de uma substância, pode ocorrer sem especificador”, conforme se pode conferir nas frases 6 (a) e (b):

---

<sup>1</sup> Exemplo retirado de Raposo et al (2013, p.705).

<sup>2</sup> Exemplo retirado de Raposo et al (2013, p.705).

6. (a) “Levei **livros do Tintim** para ler nas férias.”<sup>3</sup>

(b) “Ontem bebi **vinho tinto** ao jantar.”<sup>4</sup>

De acordo com os autores, estas frases não necessitam de especificadores para auxiliar o núcleo que, como complemento e/ou modificador, representam um SN, ou seja, representam quantidades indeterminadas tanto de livros lidos, quanto de vinho.

### 2.2.2 - Concordância Nominal

De acordo com Moura (2017, p. 246), a concordância é a correspondência de gênero, número e pessoa entre os elementos da oração. Esta apoia-se na redundância, que é o reforço das marcas linguísticas para indicar o gênero, o número e a pessoa. É obrigatória e sistemática no português, pois, “o relacionamento dos sintagmas frásicos faz-se pela concordância entre eles, pelas suas regências, pelo seu posicionamento, pela entoação, pelo ritmo e pelos acentos das palavras e da frase” (Moura, 2017, p. 215), como no exemplo seguinte:

7. (a) Os nossos cadernos estão organizados.

Nas palavras de Bechara (2009, p.655), o português oferece a liberdade de concordância, sendo que é necessário que estejamos atentos a ela para que não se produzam frases agramaticais que dificultem a percepção da mensagem que pretendemos passar. O mesmo autor (2009, p. 654) salienta que tanto a concordância verbal quanto a nominal podem ser estabelecidas de duas formas: 1) de palavra para palavra (também conhecida como concordância atrativa) ou 2) de palavra para sentido (conhecida como silepse). A concordância por atração consiste em estabelecer a relação de harmonia entre os elementos próximos. Numa oração com mais de um nome, o adjetivo poderá referir-se a todos, mas concordando apenas com o que estiver mais próximo. Vejamos os seguintes exemplos:

7. (b) Ofereceram-lhe **umas calças e um casaco bonito**.

(c) Doei o meu livro e as **minhas roupas antigas**.

Em (7c) temos dois nomes (livro e roupas) e um adjetivo (antigas). Neste caso, como o nome mais próximo está no feminino plural (roupas), o adjetivo (antigas) também está no feminino e plural. Se as palavras determinadas forem de gêneros diferentes, a palavra determinante irá para o plural masculino ou concordará em gênero e número com a mais próxima (Bechara, 2009, p. 657), conforme ilustrado de seguida em (7d):

---

<sup>3</sup> Exemplo retirado de Raposo et al. (2013, p.731).

<sup>4</sup> Exemplo retirado de Raposo et al. (2013, p.731).

7. (d) Quando saio de casa, deixo quase sempre a **cozinha e o quarto organizado**.

No exemplo acima, temos o adjetivo concordando em gênero e número com o nome (quarto) sendo o nome mais próximo na frase.

Na silepse a concordância não é feita com a palavra em si, mas com o significado que a mesma possui. Assim, a palavra determinante pode não concordar nem em gênero nem em número com a palavra determinada porque se faz uma adequação de sentido com a palavra subentendida.

7. (e) A multidão que encontrei nas escadas estavam **todos tristes**.

(f) Um filho deve obedecer os pais, devemos ser educados.

Observando os exemplos apresentados, em (7e) o nome multidão é feminino singular, pelo que, de acordo com as regras de concordância gramatical esta frase não apresenta concordância de número entre o nome (multidão), verbo (estavam) e adjetivo (tristes), mas na perspectiva da concordância por sentido, o nome (multidão) transmite a ideia de plural, ou seja, poderíamos substituir esta frase por “as pessoas que encontrei nas escadas estavam todas tristes”. No segundo caso (7f), o artigo indefinido masculino e o nome masculino (um filho), estão no singular, não se referindo a nenhum filho em específico, ou seja, quando o enunciador coloca o verbo (devemos) na terceira pessoa do plural transmite-se a ideia de concordância de sentido. Dito de outra forma, embora a expressão “filho” esteja no singular e não no plural, o enunciador quer transparecer que ele está incluso no sujeito.

Bechera (2009, p.659) define a concordância nominal como o ato de fazer concordar as palavras determinantes à palavra determinada, concordando-as em número e gênero, ou seja, tem como função garantir que especificadores e adjetivos concordem com o nome ao qual se referem.

8. (a) Estes jovens são simpáticos e carismáticos.

(b) A Maria prefere ficar em casa aos fins de semana.

Nos exemplos apresentados nas alíneas (a) e (b) de 8, temos a demonstração de alguns casos de concordância nominal, sendo o primeiro constituído por dois adjetivos (simpáticos, carismáticos), concordando em gênero e em número com o nome ao qual se referem (jovens), ou seja, o nome está no masculino plural e os adjetivos também. No segundo exemplo, é possível verificar o artigo definido feminino a concordar com o nome feminino (Maria). Assim, Perini (2005, p.196) considera que o núcleo do SN dentro da cadeia



sintagmática funciona como o cabeça, sendo que ele é que comanda a flexão de outros elementos, isto é, o traço de gênero e número que possui o núcleo faz com que outros elementos do SN adotem a mesma forma para que haja harmonia entre eles.

### **2.2.3 - Concordância de Número no SN**

Segundo Villalva (1994, p.1689), em português, as palavras variam em número (singular/plural) a partir de processos flexionais. De acordo com autora, a variação em número resulta da flexão dos nomes e adjetivos de uma forma semelhante, ou seja, tanto nos nomes como nos adjetivos o singular é o resultado da mudança de um tema (bonita) num nome ou num adjetivo (bonita), sem alterar a sua forma; já ao plural, na maioria dos casos, acrescenta-se a desinência -s ao tema (bonitas).

Partindo deste pressuposto, a relação de concordância de número no SN é proporcionada pela harmonização entre termos, assim, todos os elementos do sintagma devem concordar em número com o núcleo a que se referem, modificando as palavras para que eles concordem com a expressão à qual fazem referência, como salienta Pessela (2020, p.30), “pois são os valores das propriedades gramaticais de número do núcleo nominal do SN que determinam a seleção da forma adequada de todos os constituintes do SN”, como em:

9. (a) a roupa  
(b) a caneta  
(c) Algumas coisas na vida são injustas.  
(d) as mãos

De acordo com Perini (2005, p.183), as palavras não possuem número, mas elas variam, sim, em número, sejam elas nomes, adjetivos, pronomes, pois, desde que tenham traços de número, elas podem variar em singular ou plural.

10. (a) carro/carros  
(b) vestido/vestidos  
(c) bonita/ bonitas  
(d) aquele/aqueles

Porém, existem palavras que não variam, só existem em uma forma, singular / plural

11. (a) “ouro”  
(b) lápis  
(c) os lápis dos meninos

Na ótica de Villalva (1994, p.170), a existência destas palavras (11b) não impedem de afirmarmos que o número resulta de um processo de flexão, mas sim de considerar que existem exceções em alguns plurais lexicalizados e, assim sendo, a referência de número só é percebida pelo contexto e/ou nas marcas de concordância existentes no discurso. É a partir destes contextos que se pode afirmar se a palavra numa dada frase se refere a um conjunto de elementos ou apenas um (11c).

## Capítulo III

### Metodologia da investigação

Neste capítulo do trabalho pretende-se apresentar e explicar os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo. Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, com foco em mensurar o fenómeno em análise. Levando em conta o problema geral, apresentamos de seguida os seguintes objetivos.

#### 3.1. Objetivos

##### Objetivo geral

No presente estudo, pretende-se descrever, de forma breve, o funcionamento da concordância de número no SN nas produções orais de falantes angolanos com base num *corpus* recolhido em contexto.

##### Objetivos específicos

No nosso trabalho de investigação, propomo-nos a alcançar como objetivos específicos:

- caracterizar, do ponto de vista teórico, o funcionamento morfossintático do sintagma nominal;
- constituir um *corpus* junto de falantes da variedade angolana do português com diferentes perfis;
- analisar os fatores linguísticos que condicionam o emprego da marca do plural /s/ final nos constituintes do sintagma nominal;
- analisar o *corpus* recolhido, considerando diferentes fatores extralinguísticos, tais como a escolarização, o grau de exposição/utilização de outras línguas e a idade, que contribuem para a marcação ou ausência da concordância de número no SN.

#### 3.2. Contexto e perfil dos participantes

Os dados analisados no presente estudo foram coletados pessoalmente junto de estudantes de duas escolas: uma do primeiro ciclo do ensino secundário e a outra do segundo ciclo do ensino secundário<sup>5</sup>, localizadas no município da Jamba, província da Huíla, no sul de

---

<sup>5</sup> O primeiro ciclo do ensino secundário em Angola corresponde ao 7º, 8º e 9º anos de escolaridade e o segundo ciclo (ou ensino médio) corresponde ao pré-universitário, isto é, ao 10º, 11º e 12º anos, sendo que em cursos técnicos existe o 13º ano.

Angola. A escolha do município e das escolas foi baseada na facilidade em obter informações e por se considerar que esta é uma localidade em que se encontraram falantes de diferentes línguas africanas, pressupondo, assim, que esta situação social de multilinguismo permite uma exposição diferente ao português, sendo, portanto, um dos fatores que poderá influenciar o fenómeno que nos propusemos a analisar.

A amostra desta pesquisa consiste em 33 informantes, dos quais, 18 do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Deste universo, 23 informantes são estudantes do Colégio n.º 193 do primeiro ciclo do ensino secundário, com idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos. Os outros 10 informantes frequentavam o Liceu n.º 1477 do segundo ciclo do ensino secundário (ensino médio), com idades entre os 18 e os 24 anos.

Os informantes do primeiro ciclo do ensino secundário são oriundos do município, mas os do ensino médio, na sua maioria, residiam na localidade em que se realizou o estudo havia menos de 6 anos, sendo provenientes de outras províncias de Angola. Estes alunos, pelas dificuldades de ingresso neste ciclo de estudos nas suas áreas de proveniência, viram-se obrigados a migrar para uma localidade onde havia mais facilidade no ingresso. Além disso, estes alunos procuravam novas ofertas formativas e, na instituição em que desenvolvemos o estudo, cogitava-se a implementação de novos cursos, previsão que não foi concretizada devido a insuficiência de docentes para as áreas pretendidas. Por conseguinte, estes alunos, que tencionavam frequentar os cursos em causa, foram, em contrapartida, transferidos para outros cursos, como Ciências Humanas, Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Físicas e Biológicas.

Os informantes da nossa pesquisa eram alunos que se encontravam a frequentar o curso de Ciências Físicas e Biológicas. Quando questionados, verificamos que grande parte destes estudantes perspetivavam frequentar o ensino superior em Medicina ou Ciências da Saúde.

Quanto às línguas faladas por estes informantes, estes eram, na sua maioria, monolingues, tendo como língua materna o português. Os informantes bilingues tinham como L1 o português e uma das línguas africanas como língua segunda (L2). Estes últimos são naturais do município no qual desenvolvemos a pesquisa e têm como L2 o nganguela, sendo esta a língua africana predominante na região.

Alguns informantes bilingues revelaram alternar entre as duas línguas no convívio com famílias e amigos e outros servem-se da L2 apenas para satisfazer as suas necessidades de comunicação com os mais velhos da família (ou da localidade) que não falam ou entendem o português.

A situação dos informantes monolingues é diferente, ou seja, em todas as suas interações usam o português. Ainda assim, têm alguma exposição à língua africana falada na

localidade, pois, quase sempre os pais, os avós ou os encarregados de educação dos informantes, comunicam entre si numa língua africana. Para além de haver uma exposição tardia à língua, não manifestam grande interesse em a aprender, por conta da necessidade escolar de consolidar a aprendizagem do português, não havendo, portanto, nenhuma razão suficientemente importante para se apropriarem dessas línguas, já que um dos ambientes ideais para a aquisição de uma língua africana seria em casa. Além das línguas africanas e do português, nenhum informante revelou ter domínio de uma língua estrangeira.

### **3.2.1. Método de recolha**

Por método entende-se o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 83). Partindo das ideias dos autores referenciados, e para conseguirmos materializar os vários objetivos do nosso estudo, seguiram-se determinados procedimentos para que isso fosse possível. Numa fase inicial, fizemos uma pesquisa bibliográfica de algumas obras metodológicas de referência, como Lakatos e Marconi (1992), Bogdan e Biklen (1994), Gil (2008), Silva (2005); e de trabalhos que se debruçam sobre concordância de número no SN e que descrevem o fenómeno em diferentes variedades do português, como os estudos de Figueiredo (2010), Scherre (1988), Adriano (2014), entre outros, listados nas referências bibliográficas.

Para a coleta de dados sociolinguísticos, o procedimento metodológico utilizado foi a entrevista, precedida pela elaboração de um guião (anexo III e IV) que nos serviu como norteador nas entrevistas que foram conduzidas oralmente. A opção pela entrevista para a coleta dos dados, deveu-se por se considerar a ferramenta de recolha que melhor se adequa ao nosso estudo, por partir da análise de estruturas orais. Concordando com Lakatos e Marconi (2003, p.195), a entrevista trata-se de “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Gil (2008, p.118), por sua vez, salienta que é comum que, numa entrevista, existam casos em que o entrevistado se limite a dar respostas curtas ou incompletas. Nestes casos, o autor sublinha que não é aconselhável que o entrevistador sugira respostas, ou seja, deve-se ter cautela com o tipo de questões a fazer para estimular respostas. Numa entrevista onde o objetivo é saber qual é o ponto de vista ou perceção do entrevistado sobre um determinado tema, e este, por sua vez, se limite a dar respostas curtas como “sim / não”, o pesquisador

deve ser cuidadoso ao reformular a pergunta para que a mesma não se torne uma opção de resposta.

Numa pesquisa sobre a pandemia, por exemplo, uma pergunta que exija resposta com um posicionamento de certo ou errado, o pesquisador não deverá reestruturar a pergunta da seguinte forma: “quais são as vantagens que a covid trouxe para a humanidade?”. Na formulação desta pergunta, o pesquisador deixa claro que a pandemia, apesar das inúmeras desvantagens, poderá também contar com vantagens, porém esta é a percepção do entrevistador e é possível que para o entrevistado a pandemia não tenha resultado em nenhuma vantagem, mas a forma como a pergunta foi colocada poderá introduzir a possibilidade de o entrevistado ver a situação da mesma forma e responder de acordo com a pergunta. Ainda segundo Gil (2008), é necessário que o pesquisador elabore as questões com expressões imparciais, como “o que é que acha sobre ..., qual é o seu ponto de vista ...”, deixando de lado expressões de valor como “bom” ou “mau”. Desta forma, o pesquisador será capaz de criar técnicas que estimulem respostas mais completas, porque o foco da entrevista é coletar dados de acordo o ponto de vista do entrevistado, e não sugerir posicionamentos. O acertado é formular a pergunta o mais aberta possível à diversidade de respostas que poderão ser obtidas junto dos informantes.

De acordo com Belei et.al. (2008), citados por Batista, Matos e Nascimento (2017), um bom entrevistador é aquele que durante a entrevista transmite ao entrevistado que está atento ao seu discurso, que está interessado em ouvir tudo o que ele tem a dizer, que não descarta nenhuma informação dita, que considera pertinente, relevante e interessante as ideias, pontos de vistas para a investigação, que se comove com aspetos emocionais, formulando novas perguntas em detrimento da abordagem, e que pode, também, opinar ou acrescentar àquilo que foi dito pelo entrevistado, “ mas sem influenciar seu discurso” (2017, p. 16). Ainda nesta senda, Gil (2008) considera que existem determinados tópicos ou temas que podem deixar constrangidos os entrevistados e que se devem evitar. O autor afirma que o entrevistador deve ter em atenção alguns aspetos consoante o seu posicionamento, pois

Alguns tópicos, como comportamento sexual, desemprego, uso de drogas, problemas financeiros, a morte de parentes e amigos ou comportamento criminoso podem ser constrangedores para muitos respondentes. Devem, portanto, ser introduzidos somente após o entrevistado mostrar-se adaptado ao estilo e aos modos do entrevistador. Convém, nestes casos, que o entrevistador se mostre empaticamente interessado e compreensivo, já que essas posturas contribuem para que o entrevistado se sinta mais confortado para falar sobre assuntos traumáticos. Mas o entrevistador deve evitar qualquer postura que possa dar a ideia de que pode solucionar os problemas do entrevistado. Neste momento o entrevistador não pode atuar como conselheiro ou terapeuta, mas exclusivamente como pesquisador (Gil, 2008, p.118).

No presente trabalho, salienta-se que o nosso guião de entrevistas previa a realização de 16 questões, além de outras mais curtas, com que se objetivava recolher informações sociolinguísticas relacionadas com o perfil dos informantes. Desta forma, foram recolhidas, mediante a aplicação desta primeira parte da entrevista, informações como a idade, o género, a língua materna, o domínio ou não de outras línguas, o tempo de residência na localidade em que o estudo se desenvolveu, assim como o grau de exposição tanto ao português como a outras línguas.

Depois de recolhidos estes dados relacionados com o perfil dos informantes, apresentamos as 16 questões colocadas a cada informante, com o fim de obter respostas que fossem o mais longas possível, permitindo a constituição no nosso *corpus*, no qual analisaríamos a concordância nominal de número.

Num trabalho de investigação, a análise de dados poderá ser de natureza qualitativa e quantitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.16), o termo investigação qualitativa serve para designar um conjunto de métodos que possuem características semelhantes em alguns aspetos. Os dados recolhidos usando essa pesquisa são designados qualitativos, porque é feita uma descrição pormenorizada de pessoas, lugares e conversas. Normalmente, para esse tipo de pesquisa, não são colocadas perguntas prévias, com intuito de deduzir possíveis respostas ao longo da investigação. O objetivo desta pesquisa é fazer com que o investigador recolha dados produzidos espontaneamente, a partir do que ouve e vê, pois, a pesquisa deverá ser mais aprofundada, e, para isso, é necessário que o investigador tenha um contacto o mais natural possível com o investigado, para que o fenómeno que pretende estudar seja analisado através de produções espontâneas e não previamente preparadas ou elaboradas. Numa entrevista anunciada previamente, existe a probabilidade de o investigado se preparar, ao contrário do que acontece numa interação espontânea. Não é comum, em pesquisas qualitativas, o uso de questionários. A estratégia passa por, primeiramente, ganhar a confiança do entrevistado e optar por perguntas abertas, que suscitem respostas argumentadas e não diretas. Bogdan e Biklen (1994) salientam que, embora cada investigador opte pela forma que considera mais adequada à coleta de dados (que poderá passar pelo registo escrito, em vídeo ou áudio), o certo é que a investigação qualitativa é a que melhor refle assuntos educacionais. As abordagens qualitativas pressupõem algumas características próprias, consideradas essenciais por Bogdan e Biklen (1994, p.47-50), tais como:

- 1- A fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. O normal para esse método é que o investigador dedique uma boa parte do seu tempo a uma observação direta junto do grupo com que quer trabalhar, com a finalidade de entender determinados aspetos que o ajudem na perceção do estudo em causa. O contexto

natural do grupo tem maior importância no estudo porque, em parte, é o que demonstra se o fenômeno em causa é motivado por questões sociais ou, então, em que altura são produzidas tais ocorrências e porquê, permitindo responder a algumas hipóteses pré-elaboradas. Desta forma, todos os métodos utilizados pelo investigador, tanto apontamentos, como gravações são completados por observações diretas.

2- A investigação qualitativa é descritiva, uma vez que consiste em detalhar minuciosamente os acontecimentos ocorridos a quando da investigação. Todas as informações são importantes para chegar aos resultados, os dados da investigação são apresentados em palavras e não em números, como transcrições das entrevistas, fotografias, vídeos e gravações. A escrita é um elemento fundamental para essa pesquisa para o registo das informações coletadas e para apresentação dos resultados. A pesquisa qualitativa exige que investigador considere tudo aquilo que estiver ao seu redor no momento da investigação, todo o detalhe é pertinente. Um investigador qualitativo não considera nenhuma informação desnecessária e os pequenos detalhes, por vezes, transmitem pistas essenciais.

3- Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que, somente, pelos resultados ou produtos. Neste género de trabalho de pesquisa não basta o resultado, sendo necessário descrever as vias e etapas percorridas para chegar a uma determinada conclusão.

4- Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Ao recolher os dados, os investigadores não os coletam de forma a confirmar respostas pré-elaboradas, mas, sim, com o intuito de que toda e qualquer informação obtida ao longo da investigação seja importante para o resultado. As conceções vão-se construindo ao longo do estudo. “Para um investigador qualitativo, que planeie elaborar uma teoria sobre o seu objeto de estudo, a direção da investigação só se começa a estabelecer de forma efetiva após a recolha dos dados e ao longo do tempo com os sujeitos. O investigador considera o projeto, ou parte do estudo, com um caminho para perceber quais são as questões mais importantes, e não presume que já se sabe tudo, o que é de extrema importância na realização de qualquer trabalho de investigação.

Para Bogdan e Biklen (1994), uma investigação considerada qualitativa não terá de seguir criteriosamente todas estas características, porém é com facilidade que se identificam, explícita ou implicitamente, os traços anteriormente apresentados, permitindo o reconhecimento do pendor qualitativo de um trabalho de pesquisa.

Santos (2016, p.4) alega que a presença do investigador no campo, para além de permitir observar e entender o fenómeno no seu contexto real, facilita também a avaliação do seu significado, podendo fazer alterações ao longo da investigação, ou seja, o investigador poderá conduzir a investigação a um outro rumo, com o propósito de responder às questões iniciais do estudo.



Diferente da pesquisa qualitativa, a pesquisa quantitativa pressupõe que a quantidade de dados analisados pelo pesquisador seja traduzida num número. No prisma de Mussi e Nunes (2019, p.419), esta abordagem defende que o melhor método científico é aquele que não se interessa por questões individuais, considerando que o foco deverá ser o grupo, representando características coletivas.

Neves (1996, p.1), por sua vez, esclarece que, contrariamente a uma pesquisa quantitativa em que se segue um plano pré-elaborado, na pesquisa qualitativa o foco deverá ser direcionado ao longo do desenvolvimento do estudo, e a sua interpretação surge após a recolha do ponto de vista dos participantes. O pesquisador deixa que os entrevistados respondam as questões colocadas da maneira que acreditam ser melhor, não dando alternativas ou opções de respostas. Tudo isto não significa que a pesquisa qualitativa não siga um plano mais ou menos estruturado. O que acontece, na verdade, é que esta zela, primeiramente, pela liberdade de resposta do participante. Para Becker (2014, p.188), no momento de recolher dados, os pesquisadores qualitativos acabam por coletar informações que, por vezes, não dizem respeito ao estudo que fazem, porém, não se deve considerar qualquer uma delas como inútil. O pesquisador deve guardar estas mesmas informações até ao término do estudo, garantindo que não necessitará de nenhuma, sendo que uma informação poderá não ter relação direta com o fenómeno em observação, mas poderá explicar ou elucidar sobre um aspeto e ajudar indiretamente na análise.

Considerando a natureza das pesquisas qualitativas e quantitativas, assumimos, ao longo do tratamento dos dados recolhidos por intermédio das entrevistas, um paradigma misto, uma vez que a descrição dos dados e a sua sistematização teórica são verdadeiramente essenciais para a pesquisa no que diz respeito à análise estatística, que, por sua vez, permita encontrar dados mensuráveis para inferir conclusões.

De acordo com Morais e Neves (2007, pp.1-4), desde o momento em que se percebeu que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa são utilizadas no tratamento de diferentes questões, passou-se a utilizar as duas em simultâneo. Optou-se pelo chamado método misto, pois a utilização de uma entrevista, comum em estudos qualitativos, permitiu-nos igualmente recolher dados quantitativos. Morais e Neves (2007) destacam que, para a pesquisa quantitativa, são, normalmente, utilizados questionários fechados, mas, por vezes, recorre-se a questionários abertos e a entrevistas. O mesmo acontece na pesquisa qualitativa, na qual, às vezes, se utilizam questionários fechados e, para a obtenção de resultados, emprega métodos estatísticos de análise, sendo, portanto, métodos que se complementam entre si.

No presente trabalho de pesquisa, o paradigma escolhido é o misto, pois os dados recolhidos através das entrevistas serão tratados quantitativamente, apresentados em tabelas e/ou gráficos que permitam fazer uma leitura mais pormenorizada dos dados e, desta forma, elaborar generalizações com base na correlação de variáveis.

### **3.2.2. Recolha e Tratamento dos Dados**

A recolha de dados decorreu no mês de março de 2021, com a duração de 3 dias. Para esse efeito, primeiramente, identificamos o problema e a metodologia a seguir, e selecionamos as escolas em que queríamos trabalhar. Posteriormente, dirigimos cartas de solicitação de permissão, dirigidas às direções das escolas em questão. As cartas foram enviadas no final de 2020, descrevendo nas mesmas o propósito da realização das entrevistas. Obtivemos a aprovação em janeiro do ano seguinte. Na primeira fase, procedemos a entrevistas aos alunos do ensino médio, 12<sup>a</sup> classe, selecionados pela instituição. Para o propósito, foi-nos disponibilizada uma sala de reuniões, porque não havia outro espaço livre para a atividade. As entrevistas foram aplicadas individualmente e cada uma teve a duração média de 5 a 10 minutos por informante. O primeiro dia de pesquisa, dia 3 de março de 2021, foi inteiramente dedicado aos informantes da 12<sup>a</sup> classe.

A segunda fase diz respeito às entrevistas realizadas aos estudantes do primeiro ciclo do ensino secundário, isto é, os informantes que se encontravam na 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classe. As entrevistas foram realizadas nos dias 4 e 5 do mesmo mês e seguimos os mesmos procedimentos da primeira fase, havendo apenas a alteração do local, pois estas entrevistas foram realizadas numa sala de aula. As entrevistas foram breves, devido às dificuldades encontradas, principalmente o constrangimento de tempo dos participantes, pois eles só estavam disponíveis durante as horas em que aulas decorriam, ou seja, as entrevistas foram feitas no tempo de aulas, e, por este, motivo restringimos o tempo.

O modelo das perguntas foi o mesmo para os dois ciclos, optou-se por um mesmo tema, e manteve-se a estrutura das perguntas, porque consideramos pertinente refletir sobre a forma como diferentes pessoas (em idade, sexo, escolaridade e outros fatores) respondem à mesma questão. Na nossa investigação, optamos por perguntas abertas, com a finalidade de os entrevistados serem espontâneos nas suas respostas e ao abordarem o tema “perspetivas do futuro”, bem como perguntas relacionadas com os cursos que frequentavam.

Todas as informações obtidas junto dos informantes foram gravadas com suporte áudio, foram selecionadas e transcritas na sua totalidade, e, posteriormente, procedemos à leitura cuidadosa de todo o material transcrito. Após a leitura, seguiu-se a organização do material textual, com o objetivo de fazer o levantamento de todos os sintagmas nominais existentes

em cada texto, para posteriormente identificar os que apresentavam algum tipo de desvio de concordância nominal de número e analisar, entre os constituintes, os que são mais afetados.

## Capítulo IV

### A concordância de número no SN em produções orais de falantes angolanos.

Tendo sido anteriormente exposto os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, no presente capítulo serão apresentados, em tabelas e em gráficos, os resultados da análise da concordância de número no SN nas produções orais de falantes angolanos. A partir dos dados recolhidos através da entrevista são aqui analisados e elencados os fatores sociais e linguísticos que condicionam a marca de plural.

#### 4.1. Resultados gerais

Na tabela seguinte, exibimos os resultados gerais e respetivos percentuais dos SNs extraídos das entrevistas. Os resultados são os seguintes:

	Total de SN	SN sem desvio	SN com desvio
Totais	425	390	35
Percentagens	100%	91,8%	8,2%

Tabela 1 – Sintagmas nominais identificados

Conforme a tabela acima, das respostas apresentadas pelos informantes, 91,8% das ocorrências são sintagmas nominais sem desvio de número, e apenas 8,2% são ocorrências que contêm algum tipo de desvio.

Este é um dado poderá ir ao encontro das afirmações de Adriano (2014) e Inverno (2009), em como os desvios que se manifestam na realização plena da concordância nominal de número serão uma marca da oralidade.

As diferenças percentuais registadas entre os sintagmas nominais com desvio da norma e os que não apresentam nenhum tipo de desvio podem ser melhor observadas através do seguinte gráfico:

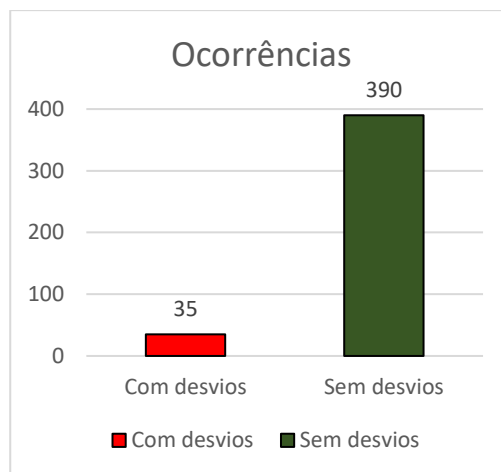


Gráfico 1 – Sintagmas nominais identificados

#### 4.1.1. Resultados de acordo com o tipo de desvio de concordância nominal de número

Em relação aos desvios registrados, verificamos que todos se desencadeiam por apagamento da marca do plural -s num dos constituintes dos sintagmas nominais registrados, conforme apresentado na Tabela 2.

Tipo de desvio	Ocorrências	Percentagens
Apagamento nome	29	82,9%
Apagamento no Mod. pós-verbal	1	2,85%
Apagamento no Possessivo	2	5,7%
Apagamento no Determinante	2	5,7%
Apagamento no Quantificador	1	2,85%

Tabela 2 – Tipo de desvio de concordância nominal de número

De uma maneira geral, os sintagmas que registamos nas intervenções dos informantes são muito simples, sendo na maioria dos casos constituídos por apenas dois elementos. Como se pode verificar na tabela acima, quase todos os desvios, isto é, 29 casos, equivalendo a 82,9%, foram registrados no núcleo de sintagma nominal, no nome, sendo este o elemento em que a omissão da marca do plural é mais evidente. Verificam-se desvios, tanto em situações em que o nome aparece de forma isolada, como apresentado na frase (1), como em situações em que o núcleo aparece coordenado, sendo, portanto, formado por dois elementos, como na frase (2).

1. Frase (1): Com os meus pais falo umbundo, com os irmãos, português, aqui na escola sempre usamos o português **com os colegaØ**.

Frase (2): Muitas coisaØ, a minha família, os meu irmãos, **as minhas tia e tios**.

Além de casos em que o apagamento da marca do plural acontece no nome, há outros em que tal acontece no modificador adjetival pós-verbal (2,9% dos casos), como representado na frase (3), ou no pronome possessivo (5,7% dos casos), como na frase (4).

Frase (3): As disciplinas que tenho me ajudarão, tipo química tem algumas **fórmulas química**, é necessário saber porque uma pessoa que, por exemplo, se a pessoa é enfermeira e não conhecer as fórmulas químicas não tem como dar receita no paciente.

Frase (4): Das **minha amigas**, de casa e da minha cidade.

Refira-se que, de acordo com Raposo e Miguel (Raposo et al. 2013, p.729), os possessivos em frases como (4) também desempenham a função de modificador, sendo, por isso, possível agrupá-la à ocorrência anterior.

Há, ainda, o registo de frases em que a omissão da marca do plural acontece no especificador. Em 5,7% dos casos, o desvio manifesta-se no especificador determinante, como representado na frase (5), e em 2,9% dos casos ocorre no especificador quantificador, como constatado em (6).

Frase (5): O que eu mais gosto, **o bancos**, o movimento que ocorre aqui, é só mais os bancos.

Frase (6): Gosto... tem **muita pessoas** boa, tem aqui, escola são boas.

Representados graficamente, os dados apresentados acima podem ser ilustrados da seguinte forma:

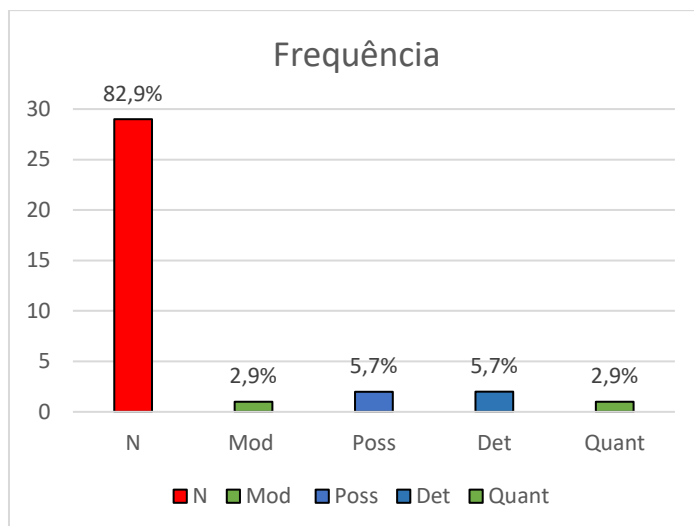


Gráfico 2 – Tipo de desvio de concordância nominal de número

Os desvios de concordância nominal de número que se manifestam pela omissão da marca do plural são já uma das especificidades que caracterizam a variedade do português falada em Angola, constituindo uma marca que vai sendo transposta da oralidade para as produções escritas e que está presente em quase todos os utilizadores da língua nesse território (Undolo, 2016).

#### 4.1.2. Apresentação dos desvios de acordo com sintagma nominal em que o desvio ocorre

Considerando que algumas posições do sintagma nominal na frase poderiam ter influenciado a falta de concordância de número, a análise seguinte consistiu em verificar as funções sintáticas desempenhadas pelos sintagmas nominais afetados pelos desvios registados. Os resultados estão representados na tabela 3:

Função sintática	Ocorrências de omissão	Porcentagem
Sujeito	3	8,5%
Complemento direto	14	40%
Complemento indireto	5	14,2%
Modificador do verbo	8	22,85%
Predicativo do sujeito	2	5,7%
Complemento do nome	2	5,7%
Aposto	1	2,85%

Tabela 3- função sintática dos SNs

De acordo com os dados apresentados acima, é possível verificar que são, de alguma forma, expressivas as percentagens de ocorrências de desvios de concordância nominal de número

que se manifestam em sintagmas com funções de complemento direto, em que registamos 40% de ocorrências; de complemento indireto, em que registamos 14,2% de ocorrências; e de modificador, em que registamos 22,85% de ocorrências, tal como se pode confirmar pelas frases ilustrativas (7), (8) e (9).

Frase (7) As disciplinas que tenho me ajudarão, tipo química tem **algumas fórmulas química**, é necessário saber porque uma pessoa que por exemplo se a pessoa é enfermeira e não conhecer as fórmulas químicas não tem como dar receita no paciente.

Frase (8) *Investigadora*: - Como é que você vai praticar o que você aprendeu aqui?

*Informante*: - Vou ensinar nos **meus irmão** e nos meus primos.

Frase (9) Tenho 18 anos, entendo um pouco de umbundo, falo com as pessoas que quiserem falar comigo umbundo. Por exemplo: **com as minhas tia, com as minhas avó** tenho que falar com elas dialeto. Ciências Físicas e Biológicas é um bom curso, uma vez que faz parte do ensino geral e tem muitas saída.

Além das ocorrências acima, foi possível verificar que 8,5% de casos de desvio de concordância nominal de número se manifestam no sintagma nominal com a função sintática de sujeito, conforme representado na frase em (10); que 5,7% dos casos se manifestam no sintagma nominal com função sintática de predicativo do sujeito, conforme representado na frase em (11); outros 5,7% de casos de desvios de concordância nominal de número que se manifestam no complemento do nome, como representado em (12); e apenas 2,85% de casos de desvio se manifestam no modificador no nome apositivo, como se pode conferir na frase (13).

Frase (10) *Investigadora*: – De que é que mais gostas aqui na Jamba?

*Informante*: ...8<sup>a</sup> classe. Gosto... tem muita pessoas boa, tem aqui, escola são boas. **Os professor da escola** são bom com os aluno.

Frase (11) O curso físicas e biológica. Eu escolhi este curso porque tem muitas especialidades, sendo que se tu queres fazer inscrição no ISCED ou na faculdade lá tem muitas ramificações, podes escolher ser professor ou ser na saúde também tem **seus ramo**.

Frase (12) *Investigadora*: – O que é que sentes mais saudades na Jamba?

*Informante*: (saudade) **Das minha amigas**, de casa e da minha cidade.



Frase (13) – *Investigadora*: - Quais são as coisas de que mais gostas na Jamba?

*Informante*: - O que eu mais gosto, **o bancos**, o movimento que ocorre aqui, é só mais os bancos (... 9 classe).

Os dados apresentados acima ilustram que os desvios que se manifestam no sintagma nominal com função de sujeito são, de alguma forma, numerosos, isto é, em 8,5% dos casos. Em todos os outros, as percentagens são iguais ou inferiores a 5,7%. Estes dados revelam que os desvios de concordância nominal de número não consistem num fenómeno que se manifesta de forma muito significativa em sintagmas nominais com função de sujeito, tal como revela Naege (2017). Os nossos resultados demonstram que a maior parte das ocorrências se registam em sintagmas nominais com função de complemento direto e em outros com função de complemento indireto.

#### 4.1.3. Resultados de acordo com o perfil dos informantes

A primeira variável sociolinguística considerada para a análise foi a língua materna dos informantes. Tal como se fez referência na metodologia, entre os 33 elementos que constituíam a amostra, foram entrevistados 3 informantes cuja língua materna é uma língua bantu, mais especificamente o nganguela e o umbundu e todos os outros 30 informantes tinham o português como língua materna. Feita a análise, os resultados obtidos foram os seguintes:

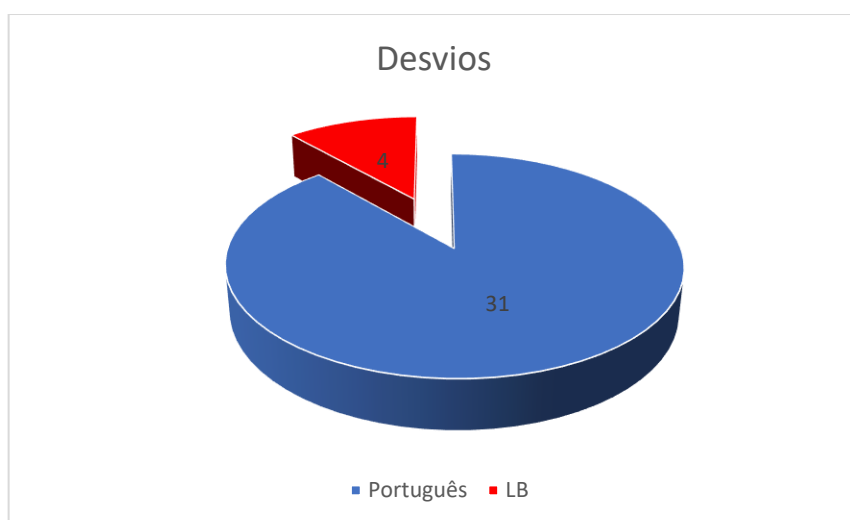


Gráfico 1 – Desvios de concordância nominal de número de acordo com língua materna dos informantes

O gráfico acima revela que grande parte dos desvios de concordância nominal de número, isto é, 88,6%, foram identificados em produções orais de informantes que têm como língua materna o português e que, apenas, 11,4% dos desvios se regista em produções de falantes cuja língua materna é uma língua bantu. Se considerarmos o número total de informantes que constituíam cada um dos grupos, é possível identificar a média de desvio por informante. Assim, cada informante de português como língua materna cometeu, em média, 1,03 desvios de concordância (com um desvio padrão a rondar os 1,25) e os informantes que tinham uma língua bantu como materna produziram em média 0,75 desvios de concordância (com um desvio padrão de 1,00).

Estes dados revelam que, de uma maneira geral, os resultados de um grupo e de outro são muito próximos não sendo possível, por isso, estabelecer uma correlação entre a língua materna dos informantes e os desvios apresentados.

A segunda variável sociolinguística considerada na análise dos dados foi a idade dos informantes. E para o efeito criamos duas categorias de idade: os informantes que tinham até 18 anos de idade, num total de 26, e os que tinham acima de 18 anos, num total de 7. Esta idade foi escolhida porque, de acordo com alguns autores (cf. Flores e Almeida, 2017), as estruturas linguísticas consolidam-se mais ou menos na altura da adolescência, depois de se ultrapassar o período crítico de aquisição da linguagem (cf. Lenneberg, 1967, citado por Gorski, 2007, p.55). Desta forma, decidimos fixar a idade de 18 anos, para verificar se depois deste período a concordância nominal ficará consolidada. Os resultados obtidos foram os seguintes:



Gráfico 2 – Desvios de concordância nominal de número de acordo com a idade dos informantes

De acordo com o gráfico acima, os informantes entre os 12 e os 18 anos de idade produziram quase todos os desvios de concordância identificados, isto é, 91,4% dos casos registados e

os falantes adultos com mais de 18 anos produziram apenas 8,6% dos desvios de concordância nominal de número.

Uma análise estatística descritiva dos dados obtidos revela que, em média, cada informante mais novo produziu 1,2 desvios de concordância (desvio padrão de 1,1) e cada informante mais velho produziu, em média, 0,4 desvios (desvio padrão de 0,5).

As taxas médias e a de desvio padrão revelam uma grande variação nos dados registados em produções dos informantes mais novos, mas tal variação não se regista nos falantes mais velhos. Este dado revela uma certa consolidação da concordância nominal de número, sendo, por isso, possível estabelecer uma certa correlação entre a variável idade e a capacidade de articular a concordância nominal de número, ou seja, quanto maior a idade, menores são as ocorrências de desvios de concordância nominal de número.

Em seguida pretendíamos saber se o número de línguas faladas pelos informantes influenciava os registos de desvios de concordância nominal de número que foram obtidos. De referir que, entre a amostra, identificamos 19 informantes monolíngues, 13 bilingues e 1 trilingue. Depois de analisarmos os dados tendo em consideração esta variável, os dados alcançados foram os seguintes:

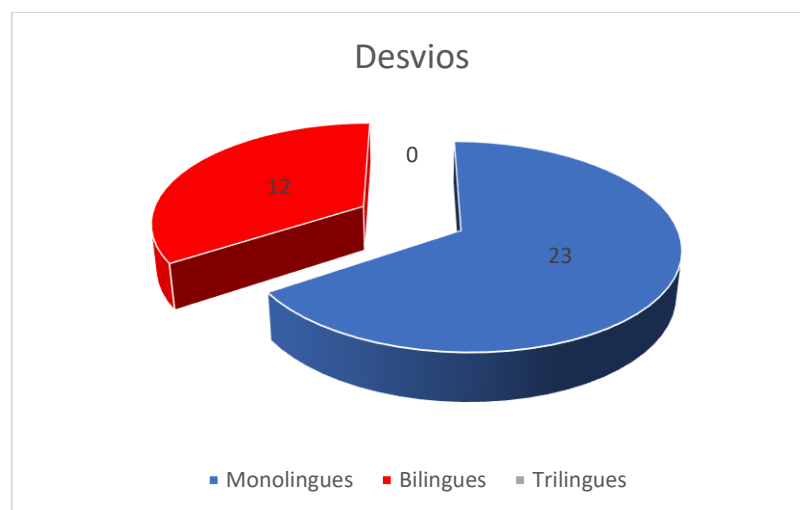


Gráfico 3 – Desvios de concordância nominal de número de acordo com o número de línguas faladas pelos informantes

O gráfico acima revela que o único informante trilingue não cometeu nenhum desvio de concordância nominal de número. Entre os desvios registados, 34,3% foram cometidos por informantes bilingues e 65,7 % foram cometidos por informantes monolíngues.

Olhando para o número total de monolíngues e bilingues, foi possível verificar que cada informante monolíngue cometeu em média 1,2 desvios de concordância nominal de número (desvio padrão de 1,1) e cada informante bilingue cometeu em média 0,93 desvios de concordância (desvio padrão de 1).

Estes dados revelam que falar uma, duas ou três línguas não é condição para que os informantes cometam mais desvios de concordância nominal de número. Num contexto de contacto linguístico como o angolano seria de se esperar que os falantes monolíngues apresentassem menos desvios de concordância de número e o único informante trilingue apresentasse muitos desvios. O facto de os informantes bilíngues alternarem entre o português e as línguas de origem africana constitui um dado importante para a análise desta variável, pois este comportamento linguístico poderá ser uma das razões que influencia, de certa forma, o apagamento do plural, aspeto que poderá merecer um futuro trabalho de investigação.

Finalmente, houve necessidade de correlacionar o ano de escolaridade em que se encontravam os informantes e os desvios de concordância nominal de número identificados. Tal como referido, 9 dos informantes encontravam-se a frequentar a 8ª classe, 14 deles estavam na 9ª classe e os demais 10 informantes encontravam-se a frequentar a 12ª classe. Os resultados foram os seguintes:

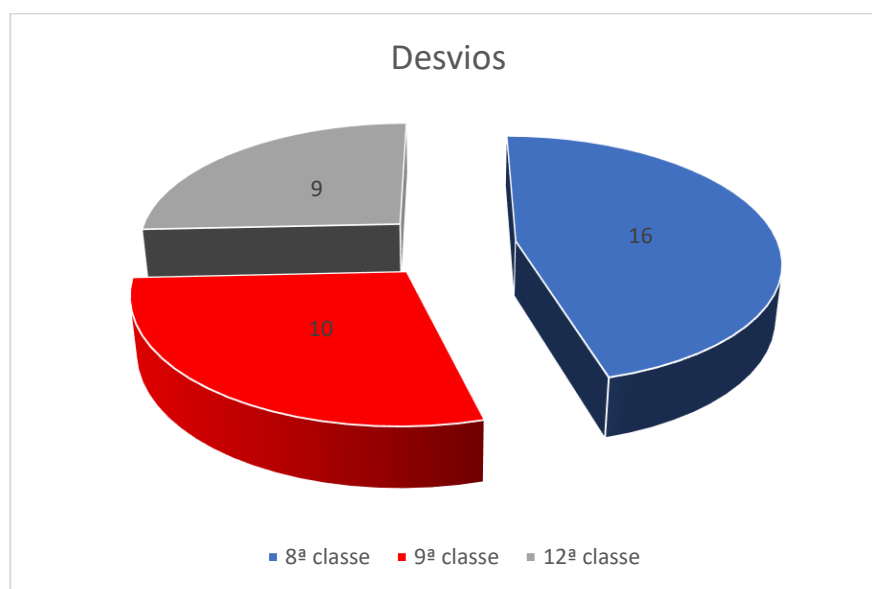


Gráfico 4 – Desvios de concordância nominal de número de acordo com a classe que informantes frequentavam

O gráfico acima revela que 45,7% dos desvios de concordância nominal de número foram cometidos por informantes que se encontravam a frequentar a 8ª classe, 28,6% dos desvios

foram cometidos por informantes que se encontravam na 9<sup>a</sup> classe, e 25% dos desvios foram proferidos por informantes que frequentavam a 12<sup>a</sup> classe.

Os dados estatísticos descritivos demonstram que, em média, cada informante da 8<sup>a</sup> classe produziu 1,1 desvios de concordância (desvio padrão de 1,2); na 9<sup>a</sup> classe, cada informante produziu 1,1 desvios de concordância (desvio padrão 0,90) e na 12<sup>a</sup> classe, cada informante produziu 0,8 desvios de concordância nominal de número (desvio padrão de 0,4%).

Estes dados revelam poucas diferenças entre os dados obtidos junto de informantes da 8<sup>a</sup> classe comparativamente aos da 9<sup>a</sup> classe, não havendo, portanto, a influência do grau de escolaridade nos desvios identificados. Todavia, a ligeira descida dos resultados dos informantes e a pouca variação presente na taxa de desvio ao padrão corroboram o efeito do processo de escolarização sobre a redução dos desvios, como defendido por Scherre (1988) e Pessela (2020). Para além disso, o facto de ainda se verificarem desvios de concordância nominal de número entre os informantes que se encontravam na 12<sup>a</sup> classe é um claro indicador de que estes desvios dificilmente são ultrapassados, independentemente do avanço do processo de escolarização.

## Considerações finais

Neste capítulo final dedicamos algumas linhas de reflexão sobre o presente trabalho de investigação, o qual abordou a temática dos principais quesitos sobre a concordância de número no sintagma nominal nas produções orais de falantes angolanos.

Ainda que o estudo tenha sido realizado num único município, num contexto escolar e junto de um público infantojuvenil, permite-nos observar que a variação na concordância de número em português é um fenómeno condicionado por variáveis sociais e linguísticas. Diante desta constatação, o trabalho de pesquisa aqui exposto apresenta-se como um contributo para o avanço dos estudos na área da sociolinguística, a qual encara a variação como uma característica natural das línguas e não como um problema. Para a comunidade académica esta pesquisa poder-se-á revelar importante uma vez que poderá inspirar novos estudos e análises, contribuindo, deste modo, para uma melhor planificação do processo de ensino-aprendizagem.

Do exposto, e em função da utilização da metodologia de pesquisa de campo, verificou-se que a entrevista utilizada como técnica de coleta de dados funcionou como instrumento eficiente para a recolha dos resultados apresentados. As informações coletadas através deste procedimento permitiram entender que não existe uma influência significativa da variável “grau de escolaridade” na omissão da marca de plural, ou seja, não se trata de um fenómeno que se verifica somente entre falantes não escolarizados, mas também em locutores de diversas classes sociais e de vários níveis de escolaridade.

Os resultados mostraram ainda que a adoção de uma metodologia e o cumprimento das etapas foram essenciais para alcançar os objetivos preconizados. O trabalho teve como objetivo geral descrever o funcionamento da concordância de número no SN nas produções orais de falantes angolanos, algo que consideramos ter sido alcançado porque foi-nos possível demonstrar, através das entrevistas, que o maior índice de ocorrências de desvios de concordância nominal de número, em geral, se regista no núcleo do sintagma, isto é, no nome, com 82,9%. Além disso, os objetivos elencados como específicos foram igualmente alcançados seguindo as etapas do projeto. Um dos objetivos iniciais foi analisar os fatores que condicionam o emprego da marca do plural /s/ final nos constituintes do sintagma nominal. A partir da recolha de dados em campo, foi possível identificar e analisar diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos, tais como a posição do constituinte na frase, a classe gramatical, o nível de escolarização dos informantes, a sua idade e o grau de exposição/utilização de outras línguas. O cruzamento dos dados obtidos permitiu aferir em medida os fatores anteriormente elencados contribuem ou não para a marcação ou o apagamento da marca de plural no SN.

Não podemos deixar de referir que, dos cuidados e esforços empreendidos para assegurar a qualidade e validade dos resultados, o presente estudo encontrou algumas limitações. Perante a limitação de tempo associada a este tipo de trabalhos académicos, o estudo foi realizado numa só província e junto de um grupo específico de informantes, o que poderá levantar questões quanto à representatividade do mesmo. Cabe aqui sublinhar que esta pesquisa se assume como um trabalho embrionário, com potencial de ser aplicado em outros contextos linguísticos angolanos. Compreendemos igualmente que o trabalho poderia ter sido desenvolvido com base numa amostra mais significativa, mas tal não foi possível por circunstâncias externas à nossa vontade. O nosso propósito inicial era recolher uma amostra de, pelo menos, 52 participantes, porém deparámo-nos com a indisponibilidade dos participantes e das instituições onde os dados foram coletados. No Liceu n<sup>o</sup>1477, por exemplo, além da 12<sup>a</sup> classe, foi solicitado à direção aplicar a nossa entrevista aos alunos da 10<sup>a</sup> classe, porém só nos foi autorizado entrevistar os estudantes da 12<sup>a</sup> classe.

Não obstante, e tendo em conta todos os resultados apresentados, é pertinente citar Zau (2001), o qual salienta a necessidade urgente de desenvolvimento e aplicação de políticas linguísticas que visem melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa e das línguas de origem africana. A elaboração de tais políticas “poderá favorecer uma boa cooperação entre essas línguas, evitando tensões, em primeiro lugar entre a LP e as LNOA e, em segundo, as diferentes LNOA entre si” (Zau, 2001, p. 127).

Considera-se, portanto, imprescindível o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem, figura principal na facilitação da aprendizagem dos estudantes e mediador entre o conhecimento e o aluno. A esse respeito, Zau (2011, p.125) reitera que o professor deixou de ser apenas um transmissor de conhecimentos, uma vez que ensinar vai mais além desta prática; este elemento passou a ser visto como alguém que possa ajudar o aluno a resolver problemas e a encaminhá-lo no desenvolvimento pessoal e profissional. Perante isto, para que o professor consiga construir aquilo que é o seu propósito, é necessário que a escola disponibilize ferramentas ao aluno que estimulem o pensamento e o preparem para a tomada de posições em determinados assuntos, ou seja, que democratize o acesso ao conhecimento e ao crescimento livre.

É necessário que o governo, juntamente com as instituições angolanas, aposte na formação contínua de professores e que proceda a um diagnóstico da realidade sociolinguística da(s) comunidade(s). Colocado de outra forma, acreditamos, por princípio, que as instituições devem ter um real conhecimento do perfil dos alunos que as frequentam. cremos que este

diagnóstico apresentará uma visão ou um mapa geral do perfil dos seus estudantes, o que facilitará o planeamento dos programas escolares. Desta forma, as escolas poderão planificar conteúdos programáticos mais ajustados ao perfil dos seus alunos, sem descurar uma sociedade que é claramente heterogénea e não homogénea, como é vista ainda hoje por algumas instituições.

Na verdade, no contexto do ensino angolano, as dificuldades que se constataam em estudantes são idênticas em professores. Zau (2011, p.125), no que concerne o ensino da língua portuguesa, língua oficial e veicular de escolarização, destaca que é necessário procurar conhecer não só o perfil do estudante, como também do professor de português, o que contribuirá, não apenas para o desenvolvimento destes profissionais, como também do ensino em geral. Segundo o mesmo autor, um dos grandes problemas associado ao ensino em Angola prende-se com ao “facto de que muitos professores não possuem perfil adequado para desempenhar as suas funções, ou seja, não apresentam, em muitos casos, formação com agregação pedagógica exigida” (Zau, 2011, p.126).

Neste contexto, sugerimos que o Ministério da Educação seja mais rigoroso no processo de recrutamento, evitando que pessoas não formadas em ensino desempenhem a função de docente e que se encontre mais sensibilizado para a importância da língua de escolarização, uma vez que esta é transversal a todas as outras áreas de conhecimento.

Após este estudo, consideramos que é importante que os professores, principalmente os de língua portuguesa, levem em consideração a variação linguística, entendendo que a língua não é estática, homogénea e que não existe uma variedade melhor do que a outra, sendo que todas cumprem uma função social e cultural na comunidade em que é falada/usada. A valorização das diferentes variedades só acontecerá se o professor conhecer a realidade linguística da comunidade onde se insere, permitindo-lhe entender particularidades da comunicação no seu dia-a-dia.

Desta forma, cremos que os dados apresentados neste breve trabalho investigação poderão servir de base para a reflexão sobre a planificação e organização dos programas de ensino da língua portuguesa com foco na concordância nominal, quer por parte dos professores, como por parte das instituições responsáveis por desenvolver políticas curriculares a serem aplicadas do processo de ensino. Além disso, as limitações deste estudo, anteriormente apresentadas, só sublinham a necessidade de realizar mais trabalhos de investigação junto de outras comunidades de falantes, noutras províncias e com amostras mais numerosas, pois permitirá desenhar um mapa sociolinguístico mais informado e mais próximo da realidade angolana.



## Referências bibliográficas

- Adriano, S. P. (2014). *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola* (Tese de doutoramento). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Almeida, J. M. P. de (2001). *A transferência linguística e a tradução: barreira à tradução ou eficaz solução comunicativa?* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13030>
- Banza, A. P. & Gonçalves, M. F. (2018). *Roteiro de história da língua portuguesa*. Évora: Editora Cornelia Fischer.
- Banza, A. P. (2014). O português em Angola: uma questão de política linguística. *O universal e o particular: uma vida a comparar*, pp.29-38.
- Bechara, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa*. (37<sup>a</sup> ed.) Rio de Janeiro: Lucerna.
- Becker, H. S. (2014). A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de estudos empíricos em direito*, 1 (2), 184-199.
- Blank, C. A. (2008). *A transferência grafo-fónico-fonológica L2 (francês) - L3 (inglês): um estudo conexionista* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Pelota, Pelota, Brasil.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Calossa, B.V. (2019). *Aquisição e erosão no desenvolvimento linguístico de falantes bilíngues em Angola* (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cavalcante, M. C. B. (2021). *Sociolinguística*. Disponível no website da Academia. edu: <https://www.academia.edu/36453778>
- Carinhas, R. (2011). “Transfer na aquisição de português L2 por um falante de espanhol. estudo de caso”. Retirado de <https://www.academia.edu/3624322>
- Carrilho, A. R. (2015). *Aprendizagem estratégica de vocabulário em português língua segunda e português língua estrangeira* (Tese de doutoramento). Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Costa, T. M. C. J. da (2015). *Umbundismos no português de Angola - proposta de um dicionário de umbundismos* (Tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://run.unl.pt/handle/10362/15330>

Coelho, I. L., Gorski, E. M., de Sousa, Ch. M. N., & May, G. H. (2015). *Para conhecer sociolinguística* (1ª ed.). São Paulo: Editora Contexto.

Chomsky, N. (1978). *Aspectos da teoria da sintaxe*. (Meireles, J. A., Naposo, E. P, Trad.). Coimbra: Edições almedina.

Dallemole, J. M. P., Osório, P., & Patatas, M. J. C. (2018). Variação sociolinguística e dialetológica: um estudo contrastivo entre Cuiabá e Covilhã. *LaborHistórico*, 4(2), 104-134.

Dias, E. P. (1998). *A transferência linguística e o insucesso nos cursos de formação profissional ministrados em língua Inglesa* (Monografia de licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

Fernandes, J., Ntondo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda: Instituto Internacional da Língua Portuguesa-Comissão Nacional Angolana.

Figueiredo, C.F.G. (2010). *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoхарife, São Tomé (desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional)*. (Vol.1) (Tese de doutoramento). Universidade de Macau, China. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/336512825\\_A\\_concordancia\\_plural\\_variavel\\_no\\_sintagma\\_nominal\\_do\\_Portugues\\_restruturado\\_da\\_Comunidade\\_de\\_Almoхарife\\_Sao\\_Tome\\_Desenvolvimento\\_das\\_regras\\_de\\_concordancia\\_variaveis\\_no\\_processo\\_de\\_transmissao-aquisi](https://www.researchgate.net/publication/336512825_A_concordancia_plural_variavel_no_sintagma_nominal_do_Portugues_restruturado_da_Comunidade_de_Almoхарife_Sao_Tome_Desenvolvimento_das_regras_de_concordancia_variaveis_no_processo_de_transmissao-aquisi)

Flores, C. & Almeida, L. (2017). Bilinguismo. In M. J. Freitas & A. L. Santos (eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (pp.275-304). Berlin: Language Science Press.

Gaspar, S. I. N. F. (2015). *A língua portuguesa em Angola: contributos para uma metodologia de língua segunda* (Dissertação de mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Garmadi, J. (1983). *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Dom Quixote.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ªed.). São Paulo: Atlas.

Gomes, S. F. (2014). *Relação entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Gorski, L. (2017). *A linguagem como instinto para Steven Pinker* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica do Paraná, Brasil.

Guy, G. R. (2001). As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *Revista da abralin*, 1(26), 1-736.

Inverno, L. (2009). A transição de Angola para o português vernáculo: um estudo morfossintático do sintagma nominal. In Ana M. Carvalho (ed.), *Português em contato* (pp.87-106). Madrid: Editorial Vervuert.

Inverno, L. (2008). Transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In Luís R. Torgal (coord.), *Comunidades imaginadas* (pp.169-182). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Jon-And, A. (2010). Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e linguísticas. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 2, 28-50.

Labov, W. (1972). *Padrões sociolinguísticos* (Bagno, M., Scherre, M. M. P., Cardoso, C. R., Trad.). São Paulo: Parábola Editorial.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. (5ªed.). São Paulo: Atlas.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico*. (4ªed.). São Paulo: Atlas.

Lucchesi, D. (1998). *Sistema, mudança e linguagem*. Lisboa: Edições Colibri.

Mateus, M. H. M., & Cardeira, E. (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.

Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., ...Villalva, A. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª ed. revista e aumentada). Lisboa: Caminho.

Marçalo, M. J., Naege, J. M. (2017). Aspectos sobre o conjuntivo no português de Angola. *Questões semântico-sintáticas na pesquisa e no ensino da língua portuguesa*, 22(V), 3477-3492.

Moreira, J. C. L. (2015). Sociolinguística variacionista e estruturalismo linguístico: um diálogo. *Somma, Teresina/PI*,1(1), 182-200.

Moura, J. A. (2017). *Gramática do Português Actual*. Lisboa: Lisboa Editora.

Morais, A. M. & Neves, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 75-104. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/4392>

Mota, M. A. C. (1993). Línguas em Contacto e Variação. In *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*. Lisboa: edições Colibri: 108-116.

Mussi, R. F. F., Mussi, L. M. P. T., Assunção, E. T. C., & Nunes, Cla. P. (2019). Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista Sustinere*, 7, 414-430.

Naeuege, J. M. (2017). *Da norma à variação: estudo de caso sobre o uso do conjuntivo no português de Angola* (Tese de doutoramento). Universidade de Évora, Évora, Portugal. Recuperado de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23375>

Neves, C. (2016). Trilhos da educação e do português em Angola. *Revista da FLUP*, 6 (IV),113-127.

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em Administração*, 1, (3), (SEM) 1-5.

Nhampoca, E. A. Ch. (2015). Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos. *Work. Pap. Linguístic*, 16(2), 82-100.

Oliveira, T. S. de. (2017). A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral. *Revista de letras*, 19(25), 1-18.

Pereyron, L. (2018). Os termos interferência e transferência linguística na área de aquisição de línguas adicionais: uma discussão sobre suas diferentes aceções. *Revista Colineares*,5(1), 99-125.

Perini, M. A. (2005). *Gramática descritiva do português* (4<sup>a</sup>d). São Paulo: Editora Ática.

Pereyron, L. & Alves, U. K. (2016). A aquisição do sistema vocálico do português por falantes nativos da variedade rio-platense de espanhol: uma discussão sobre a bidirecionalidade da transferência vocálica. *Domínios de Lingu@gem*,10(2), 615-645.

Pessela, J. D. (2020). *Sobre a concordância de número no sintagma nominal no Português de Angola: variante do Português de Cuito-Bié* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto. Portugal. Recuperado de [https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias\\_geral.ver\\_noticia?p\\_nr=104363](https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=104363)

Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B. do., Mota, M. A. C. da., Segura, L., & Mendes, A. (2013). *Gramática do Português* (Vol.1). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Reis, P. C., Machado, D. P., & Barbosa, S. C. A. (2011). A sociolinguística e o ensino da língua materna. *X congresso nacional de educação- Educere* (pp. 6441-1450). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Ruas, S. S. A. (2017). *Aquisição da ordem de palavras do espanhol mexicano como L2 por falantes adultos brasileiros* (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Santos, M. D. L. dos. (2016). *Análise qualitativa de entrevistas estruturadas*. (Monografia). Universidade de Coimbra, Portugal.

Sassuco, D. P. (2016). Pistas essenciais para um português de Angola. *In Kadila: culturas e ambientes: diálogos Brasil- Angola* (pp. 199-21899. São Paulo: Blucher. doi 10.5151/9788580392111

Severo, C. G., Sassuco, D. P., Bernardo, E. P. J. (2019). Português e línguas bantu na educação angolana: da diversidade como “problema”. *Línguas e instrumentos linguísticos*, (43), 290-307.

Silva, E. M. da. & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4<sup>a</sup>ed.). Florianópolis: UFSC.

Silva, Th. C. (2012, Jul). Organização fonológica de marcas de plural no português brasileiro: uma abordagem multirrepresentacional. *Revista da Abralín*, 11(1), 273-205.

Scherre, M. M. P. (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. (Vol.1). (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de [www.academia.edu](http://www.academia.edu)

Undolo, M. (2016). Estabelecimento do plural vazio no sintagma nominal em português angolano contemporâneo. *Lucere*, 177-188.

Viti, N. V. (2012). *Interferência linguística do umbundu no português e respectiva aprendizagem* (Dissertação de mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Villalva, A. (1994). *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português* (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.

Wiedemer, M. L. (2014). Da sociolinguística variacionista à sociolinguística cognitiva: panorama e perspectivas. *Revista Philologus*, 58, 44-63.

Zau, F. (2002). *Angola: trilhos para o desenvolvimento*. Universidade Aberta. Lisboa.

Zau, D. G. D. (2011). *A língua portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização* (Tese de doutoramento). Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

# **Anexos**

## **Anexo I**

**À**

**Direção do Colégio 1477/Jamba**

**Assunto: Solicitação para aplicação de inquérito por entrevista**

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Estudos Lusófonos na Universidade da Beira Interior/ Portugal, está em curso uma investigação intitulada “A concordância de número no sintagma nominal: uma análise das produções orais de falantes angolanos”.

Por esse motivo, vimos por este meio solicitar à Direção do Colégio municipal da Jamba nº 943 que nos permita realizar uma entrevista a 12 alunos da 8ª e 12 da 9ª classe, nos dias 4 e 5 de março, num horário dependente da disponibilidade das turmas. Os participantes terão de responder a algumas questões sobre as suas perspetivas futuras.

É de salientar que não será necessária a identificação dos entrevistados e garantimos que todas informações fornecidas serão destinadas unicamente para essa pesquisa.

Atentamente,

---

Rosa Cassinda Lumessi

## Anexo II



**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
FACULDADE DE ARTES E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

**Assunto: Solicitação**

**Exma. Direção da Escola do Liceu nº1477/ Jamba**

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Estudos Lusófonos na Universidade da Beira Interior/ Portugal, está em curso uma investigação intitulada “A concordância de número no sintagma nominal: uma análise das produções orais de falantes angolanos”.

Por esse motivo, vimos por este meio solicitar à Direção da Escola do Liceu nº.1477 que nos permita realizar uma entrevista a 14 alunos da 10<sup>a</sup> e 14 da 12<sup>a</sup> classe, nos dias 2 e 3 de março, o horário dependerá da disponibilidade das turmas. Os participantes terão de responder a algumas questões sobre perspetivas do futuro.

É de salientar que não será necessário a identificação dos entrevistados e garantimos que todas informações fornecidas serão destinadas unicamente para essa pesquisa.

Atentamente,

---

Rosa Cassinda Lumessi



### **Anexo III**

#### **Guião da entrevista aos alunos do colégio da Jamba nº 943**

**Idade: 12 a 18**

**Tema: Expetativas do futuro**

- 1- Quantos anos tens?
- 2- Há quanto tempo vives aqui na Jamba?
- 3- O que mais gostas aqui?
- 4- Além do português, falas outras línguas? Quais?
- 5- Qual é a disciplina de que mais gostas? Fala um pouco sobre as tuas aulas.
- 6- Qual é o curso que pretendes fazer no ensino médio? Porquê?
- 7- Quais são as razões que te levaram a escolher este curso?
- 8- Já pesquisaste alguma coisa sobre o curso?
- 9- Na escolha deste curso houve influências de outras pessoas?
- 10- Tens outras opções?
- 11- Como é que as disciplinas que tens te ajudarão na compreensão da matéria do curso que pretendes fazer?
- 12- Depois de concluíres o médio, quais são os teus planos para o futuro?
- 13- Pretendes ingressar numa universidade?

## **Anexo IV**

### **Guião da entrevista aos alunos da 12<sup>a</sup> classe do Liceu nº 1477**

#### **Idade: 18 a 24**

- 1- Quantos anos tens?
- 2- Há quanto tempo vives aqui na Jamba?
- 3- O que mais gostas aqui?
- 4- Além do português, falas outras línguas? Quais?
- 5- Qual é a língua que utilizas para comunicares com os teus irmãos e pais?
- 6- Qual é o curso que estás a fazer? Fala um pouco sobre ele.
- 7- Qual é a disciplina de que mais gostas? Porquê?
- 8- Depois de concluíres o médio, quais são os teus planos?
- 9- Pretendes continuar com os estudos?
- 10- Qual é o curso que gostarias de fazer na licenciatura?
- 11- Quais são as razões que te levaram a escolher este curso?
- 12- Na escolha deste curso, houve influências de outras pessoas?
- 13- Estás seguro da escolha?
- 14- Tens outras opções?
- 15- De que forma as disciplinas que tens te ajudarão na compreensão do curso que pretendes fazer?
- 16- Já pesquisaste alguma coisa sobre o curso?

## Anexo v

### Transcrição das frases com desvios de concordância de número no SN

*Investigadora:* - De que forma as disciplinas que tens te ajudarão na compreensão do curso que pretendes fazer?

*Informante 4:* - 12<sup>a</sup> classe. As disciplinas que tenho me ajudarão, tipo química tem **algumas fórmulas química**, é necessário saber porque uma pessoa que por exemplo se a pessoa é enfermeira e não conhecer as fórmulas químicas não tem como dar receita no paciente.

---

*Investigadora:* - Quantos anos tens?

*Informante 5:* - 12<sup>a</sup> classe. **Tenho 21 ano**, nasci aqui.

*Investigadora:* - Qual é a língua que utilizas para te comunicares com os teus irmãos e pais?

*Informante:* - Com os meus pais falo umbundo, com os irmãos português, aqui na escola sempre usamos o português **com os colega**...

*Investigadora:* - Quais são as razões que te levaram a escolher este curso?

*Informante:* - O curso físicas e biológica, eu escolhi este curso porque tem muitas especialidades, sendo que se tu queres fazer inscrição no ISCED ou na faculdade lá tem muitas ramificações, podes escolher ser professor ou ser na saúde também tem **seus ramo**.

---

*Investigadora:* - O que mais gostas aqui?

*Informante 6:* - 12<sup>a</sup> classe. Gosto só **os estudo**, também alguns edifícios.

---

*Investigadora:* - Quantos anos tens? Além do português, falas outras línguas? Quais?

*Informante 8:* - 12<sup>a</sup> classe. Tenho 18 anos... entendo um pouco de umbundo, falo com as pessoas que quiserem falar comigo umbundo. Por exemplo: **com as minhas tia,, com as minhas avó** tenho que falar com elas dialeto.

*Investigadora:* - O que achas do teu curso?

*Informante:* - Ciências físicas e biológicas é um bom curso, uma vez que faz parte do ensino geral e tem muitas saída.

---

*Investigadora:* - O que mais gostas aqui?

*Informante 10:* - 12<sup>a</sup> classe. Tenho 21 anos de idade falo umbundo e português. Gosto da jamba porque aqui o estudo é mais fácil, além de mais fácil, tipo na parte da economia aqui está mais fácil, aqui cobram mais barato e lá mais caro. Porque é um curso que eu gostei, se for para ir na faculdade tenho chance de em seguir muitos curso como a física e matemática.

*Investigadora:* - Como é que as disciplinas que tens te ajudarão na compreensão da matéria do curso que pretendes fazer?

*Informante 12:* - 8<sup>a</sup> classe. A matemática vai me ajudar porque tem umas pessoas que não sabem, trocam a medicação, as vezes tem que saber o que vai medicar na pessoa, fazer as matemática o que vai tomar... As outras disciplinas vou aproveitar, por exemplo, o português as vezes vou ter tempo de ler, se eu fazer o curso de enfermagem, pegar noutras disciplina que eu mais gosto e pegar na mesma disciplina que é mais importante.

---

*Investigadora:* - Como é que as disciplinas que tens te ajudarão na compreensão da matéria do curso que pretendes fazer?

*Informante 14:* - 8<sup>a</sup> classe. As disciplinas vão me ajudar porque vou aprender mais quando eu ir no médio, e também vou aprender mais algumas coisas e aí vão me ajudar a ser médica. Tenho alguns livros, bíblia, alguns manuais da escola e alguns manual do meu pai.

---

*Investigadora:* - Quantos anos tens?

*Informante 16:* - 9<sup>a</sup> classe. Eu tenho 12 ano de idade, vivo cá na Jamba há 6 anos...As disciplina que eu tenho me ajudarão no sonho de ser professora.

---

*Investigadora:* - Há quanto tempo vives aqui na Jamba?

*Informante 17:* - 9<sup>a</sup> classe. Tenho 13 anos, vivo aqui há quatro anos. Aqui na Jamba gosto de escolas e várias zonas, os bairros e tudo mais. Gostaria de fazer no médio economia porque sou bom em matemática e quase outras disciplina.

---

*Investigadora:* Qual é o curso que pretendes fazer no ensino médio? Porquê?

*Informante 19:* - 9ª classe. Gostaria de fazer medicina porque eu gosto muito de ser enfermeira ou doutora, gosto de cuidar bem dos doentes, porque geralmente existe muitas doutoras que não queriam ser, e não cuidam bem os paciente.

---

*Investigadora:* Além do português, falas outras línguas? Quais?

*Informante 21:* - 9 classe. Além do português não falo mais outra língua, mas as irmã da minha mãe que estou a viver com ela aqui na Jamba, falam umbundo, mas eu não falo só entendo.

---

*Investigadora:* - Quais são as razões que te fizeram escolher ser agrônomo? Além de gostares de um dia empregares alguém, quais são os outros motivos?

*Informante 26:* - 9ª classe. Porque é uma das áreas que pode nos ajudar em vários momentos, tipo por exemplo, muitos dependem dos seus salário, mas já um engenheiro agrônomo pode até depender do seu salário, mas há ocasiões que ele próprio vai conseguir retomar o seu bem-estar.

*Investigadora:* - De que forma as disciplinas que tens te ajudarão a ser agrônomo?

*Informante:* - Acho bom, porque entendo um pouco de matemática, física, biologia e química, essas são as disciplinas que lá se encontram e as chave.

---

*Investigadora:* - O que vês de diferente de outras cidades?

*Informante 28:* - 9ª classe. Tipo eu vejo de diferente a Jamba devido as rua, devido a construção da Jamba.

---

*Investigadora:* - Quais são as coisas que mais gostas na Jamba?

*Informante 29:* - 9ª classe. O que eu mais gosto, o bancos, o movimento que ocorre aqui, é só mais os bancos.

*Investigadora:* - De que é que sentes mais saudades na Jamba?

*Informante:* - Das minha amigas, de casa e da minha cidade.

---

*Investigadora:* - De que é que mais gostas aqui na Jamba?

*Informante 30:* - 8<sup>a</sup> classe. Gosto... tem muita pessoas boa, tem aqui, escola são boas. Os professor da escola são bom com os aluno.

*Investigadora:* - Como é que você vai praticar o que você aprendeu aqui?

*Informante:* - Vou ensinar nos meus irmão e nos meus primos.

---

*Investigadora:* - Há quanto tempo vives aqui na Jamba?

*Informante 31:* - 8<sup>a</sup> classe. Há treze ano.

*Investigadora:* - De que é que você mais gosta aqui na Jamba?

*Informante:* - Aqui na Jamba gosto os meus amigo e a minha família que está aqui.

*Investigadora:* - Queres seguir direito porquê?

*Informante:* - Porque também direito tem uma coisas que me motivaram.

---

*Investigadora:* - De que que você mais gosta aqui na Jamba?

*Informante 32:* - 8<sup>a</sup> classe. (gosto de) Muitas coisa, a minha família, os meu irmãos, as minhas tia e tios.

*Investigadora:* - Fala um pouco sobre as suas aulas, as suas disciplinas. Qual é a disciplina que você mais gosta?

*Informante:* - Gosto de Química, Física, língua portuguesa porque língua portuguesa ensina escrever, química ensina alguns símbolo, física ensina sobre a natureza.

---

*Investigadora:* - Tens jogado com quem?

*Informante 33:* - 8<sup>a</sup> classe. Com meus amigo

*Investigadora:* - Como é que você vai praticar o que você aprendeu em biologia e em língua portuguesa?

*Informante:* - Na língua portuguesa como nos ensina a escrever outras linguagem